



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE JUNHO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 26 a 28/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 25 a 35/XVII/1.ª.

Procedeu-se ao encerramento do debate do Programa do XXV Governo Constitucional, tendo proferido intervenções, além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Paulo Rangel), os Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de](#)

[Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [José Luís Carneiro](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Hugo Soares](#) (PSD), que deu ainda explicações no seguimento de um pedido de defesa da honra do Deputado [José Luís Carneiro](#) (PS).

Procedeu-se, de seguida, à votação da Moção de Rejeição do Programa do XXV Governo Constitucional n.º 1/XVII/1.ª (PCP), que foi rejeitada.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 11/XVII/1.^a — De pesar em memória das vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande ocorridos em 17 de junho de 2017, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 13/XVII/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Alemanha, e 24/XVII/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Moçambique, tendo o Deputado **Rodrigo Saraiva** (IL) proferido uma declaração de voto sobre esta última votação.

Foi rejeitada a proposta de alteração, apresentada pelo L, ao anexo do Projeto de Deliberação n.º 2/XVII/1.^a (PAR), e aprovado o Projeto de Deliberação n.º 2/XVII/1.^a (PAR) — Distribuição de lugares nas reuniões plenárias da XVII Legislatura, tendo proferido declarações de voto os Deputados **Isabel Mendes Lopes** (L), **Pedro Delgado Alves** (PS), **Paula Santos** (PCP), **Pedro Pinto** (CH), **Inês de Sousa Real** (PAN), **Hugo Soares** (PSD) e **Paulo Nuncio** (CDS-PP).

Foi ainda aprovado o Projeto de Deliberação n.º 3/XVII/1.^a (PAR) — Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, procedeu-se a um debate preparatório do Conselho Europeu Especial, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia. O Primeiro-Ministro, após proferir a intervenção inicial, respondeu aos pedidos de esclarecimento formulados pelos Deputados **Paulo Moniz** e **Ricardo Carvalho** (PSD), **Ricardo Dias Pinto** e **Pedro Correia** (CH), **João Torres** (PS), **Jorge Miguel Teixeira** (IL), **Rui Tavares** (L), **Paula Santos** (PCP), **Paulo Nuncio** (CDS-PP), **Mariana Mortágua** (BE), **Inês de Sousa Real** (PAN) e **Filipe Sousa** (JPP).

A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 14 horas.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Muito bom dia, peço aos Srs. Agentes da autoridade a abertura das portas para acesso ao público.

Eram 10 horas e 1 minuto.

Desejo também bom dia ao Sr. Primeiro-Ministro, aos restantes membros do Governo e a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente que tem para esta sessão.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, passo a informar a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Começo por referir os Projetos de Lei n.^{os} 26/XVII/1.^a (PAN), 27/XVII/1.^a (PCP) e 28/XVII/1.^a (CDS-PP).

Deram ainda entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.^{os} 25/XVII/1.^a, 26/XVII/1.^a, 27/XVII/1.^a e 28/XVII/1.^a, todos da iniciativa do CDS-PP; 29/XVII/1.^a e 30/XVII/1.^a, do PAN; 31/XVII/1.^a, do PCP; e 32/XVII/1.^a, 33/XVII/1.^a, 34/XVII/1.^a e 35/XVII/1.^a, todos da iniciativa do CDS-PP.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então entrar no primeiro ponto da nossa ordem do dia, que consiste no encerramento do debate sobre o Programa do XXV Governo Constitucional.

Para a primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste momento de encerramento do debate do Programa do Governo, o JPP quer falar com verdade, com o coração voltado para o País real, para as famílias que todos os dias lutam por uma vida digna, para os jovens que procuram oportunidades, para os mais velhos, que pedem respeito e segurança, e para todos os que se sentem esquecidos por uma política que tantas vezes fala alto, mas ouve pouco.

Portugal precisa de mais do que palavras bonitas. Precisa de compromisso, de coragem e, sobretudo, de diálogo e tolerância. O JPP está aqui para isso. Estamos aqui para construir, estamos aqui para estender a mão e estamos aqui para ajudar a encontrar soluções com base no respeito e na escuta mútuos.

Sabemos que não há varinhas mágicas nem soluções perfeitas, mas acredito que, com vontade política e espírito de missão, é possível fazer diferente e melhor. É isso que os portugueses esperam de nós e é isso que o JPP está muito determinado a fazer. Temos do País uma ideia agregadora, mas também uma ideia do que é necessário fazer para renovar a esperança dos portugueses no presente e no futuro.

Por isso, com responsabilidade, mas também com esperança, o JPP dará o benefício da dúvida a este Governo, porque Portugal precisa de estabilidade, de pontes e de caminhos comuns. Naturalmente, gostaríamos que o Programa do Governo fosse mais claro e incisivo no que diz respeito aos problemas e necessidades das regiões autónomas, mas encontrámos neste documento pontos convergentes com políticas que também defendemos na nossa ação política diária. É por isso, e porque, acima de tudo, acreditamos — e eu também acredito — que o nosso dever é não desistir de lutar por um País mais justo, mais solidário e mais próximo das pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Renovava o pedido à Câmara para haver o mínimo de diálogo entre os Srs. Deputados, porque o ruído conjunto impede a qualidade da audição do orador e também pelo respeito que devemos ter por cada um que está a usar a palavra.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Para o PAN, este é um mau Programa do Governo. Quando o Governo promete reformas e o que serve são retrocessos, quando o Governo promete humanismo e o que serve são cedências à agenda

discriminatória e preconceituosa do populismo antidemocrático, o caminho só pode ser o de piorar em várias áreas.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

No ambiente, à boleia da tarifa social de energia, o que vemos é um aumento de apoios públicos às grandes poluidoras, e insiste-se numa receita de simplificações legislativas que mais não são do que uma carta em branco para a impermeabilização dos solos e a destruição indiscriminada dos poucos espaços verdes que restam nas cidades.

A nível da proteção animal, temos um programa que não só faz promessas contraditórias como, naquela que foi a ação governativa da AD (Aliança Democrática) do último ano, é tão vago e tão pouquinho que permite que sejam dados mais recuos na lei do não abate.

Nas políticas públicas do combate ao abandono ou até na tutela penal dos animais, vêm com invenções que, de facto, mais parecem retiradas do século passado.

Na habitação, além de continuarmos a ter atrasos gritantes na aprovação do Porta 65, vemos uma política que oscila entre a habitação pública que nunca sai do papel e a criação de incentivos à construção de casas de 1 milhão de euros...

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, desculpe interrompê-la, mas venho renovar o pedido para que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados façam o favor de ouvir quem está no uso da palavra. Podem crer que, aqui, é muito perturbador o conjunto das conversas bilaterais que têm.

Sugeria que usassem o telefone quando quisessem falar com outro Sr. Deputado ou Sr.^a Deputada. Com isso evita-se o ruído, que torna impossível ouvirmos, e acho que é também uma questão de respeito, seja qual for o Sr. Deputado ou a Sr.^a Deputada no uso da palavra.

Muito obrigado. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Na habitação, as políticas resolvem tudo menos os problemas sentidos pelas famílias.

Na saúde, insiste-se numa receita e numa ministra que, no último ano, aumentaram o número de utentes sem médico de família.

Na educação, a AD, finalmente, sentiu-se à-vontade para pôr a descoberto uma agenda que quer aumentar as propinas e empurrar os alunos para o endividamento, algo absolutamente inaceitável e até contrário à nossa Constituição.

Optam por subalternizar a cultura num ministério que mais parece uma mixórdia de temáticas e por seguir uma política de investimentos em defesa que passa ao lado de desafios estruturais do País, tais como a adaptação das infraestruturas críticas, a monitorização da biodiversidade marinha da nossa plataforma continental, as alterações climáticas e os desafios ambientais, que não ficaram para trás.

Quando os direitos das mulheres estão sob um ataque sem precedentes e quando a violência doméstica já matou sete pessoas, só nos três primeiros meses do ano, o Sr. Primeiro-Ministro acha que é boa opção reduzir a presença feminina no Governo, fazendo deste o Governo com menos mulheres da última década, e insistir também na desvalorização da pasta da Igualdade na orgânica do Governo.

Com um cenário preocupante como este, o Governo não coloca sequer o combate à violência doméstica na lista das suas 10 prioridades. Num contexto em que a violência está dentro de casa e os crimes de ódio estão à nossa porta, o Governo insiste na ideia de fazer da imigração a fonte de todos os males, seguindo aquela que é a agenda da extrema-direita.

Por tudo isto, e porque somos um partido que ficará na oposição a este Governo de forma absolutamente construtiva, mas na defesa intransigente dos direitos humanos, do Estado social, dos direitos dos animais e da crise climática, iremos votar...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O que é que separa o programa que hoje debatemos daquele que debatemos há um ano?

O Primeiro-Ministro é, certamente, o mesmo. Os ministros são praticamente os mesmos, e a Ministra da Saúde, em particular, é penosamente a mesma.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não faça discurso de ódio!

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Os Deputados do Bloco não são os mesmos!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — As promessas fiscais são as mesmas, as multinacionais beneficiadas são as mesmas, os setores — como a banca, a energia e o grande retalho — que saem beneficiados são exatamente os mesmos. A política de habitação é a mesma, o que quer dizer que os preços vão subir exatamente da mesma forma: vão empobrecer a classe média, como têm empobrecido até agora; vão triturar o futuro dos jovens e empurrá-los para a emigração; vão atirar gente para a rua e transformar pobres em miseráveis, como tem sido feito até agora.

É exatamente a mesma confusão entre reformar o Estado e enfraquecê-lo, entre aumentar a qualidade da extensão dos serviços públicos e desgraduar o Estado, desqualificá-lo, entregando cada vez mais partes do Estado aos setores privados.

O que é que muda, Sr.^{as} e Srs. Deputados? O que é que muda neste Programa de Governo e neste Governo face aos Governos anteriores?

Sr. Deputado Hugo Soares, eu digo-lhe o que é que muda. Em primeiro lugar, o trabalho. Se o Governo anterior escondia ao que vinha sobre o trabalho, este diz ao que vem.

Em Portugal trabalham-se mais horas do que na generalidade dos países da União Europeia, com menos dias de férias e por muito menos salário, o que quer dizer que as reformas são miseráveis. E as principais propostas deste Governo para o trabalho e as principais novidades para a legislatura consistem em transformar aumentos salariais regulares em prémios esporádicos que não pagam contribuições para a Segurança Social, que destroem as carreiras e toda a vida de contribuições dos pensionistas.

A segunda medida é aumentar os dias de férias, desde que os trabalhadores deixem de receber salário. Portanto, as pessoas já não conseguem pagar a renda, mas vão ter menos salário...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... para terem mais um dia de férias, que não conseguem aproveitar porque não têm uma casa onde possam viver.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

A terceira medida é flexibilizar ainda mais os horários laborais.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É tudo ao contrário!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A segunda grande mudança, além do trabalho, é a radicalização. Há um grupo de extrema-direita terrorista que foi detido pela Polícia Judiciária. Nesse grupo de extrema-direita terrorista estava um chefe da PSP (Polícia de Segurança Pública), que recrutava pessoas para...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Vozes do CH: — Oh!...

Vozes do PSD: — Acabou!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Acabou, a bem da democracia!

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, acabou o seu tempo.

A oradora permaneceu na tribuna.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Respeite a democracia, Sr.^a Deputada!

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, acabou o seu tempo.

Protestos do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Respeite a democracia, Sr.^a Deputada!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, peço respeito pela Sr.^a Deputada e peço à Sr.^a Deputada o favor de também respeitar o tempo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É só descer as escadas!

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, acabou o seu tempo, portanto...

Protestos do BE.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.^a Deputada, respeite a democracia!

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, o tempo de que dispunha acabou. Eu não posso dar-lhe mais tempo do que aquele que o Regimento permite, é só por isso.

Protestos do CH.

E peço à Assembleia, peço aos Srs. Deputados para respeitarem...

Continuação de protestos do CH.

Srs. Deputados, é exatamente igual quem vota no Chega, quem vota noutro partido qualquer, quem vota no Bloco de Esquerda. Quando se pede o respeito para os nossos eleitores, tem de se pedir também o respeito para os eleitores dos outros partidos, porque são todos iguais. Não há portugueses de primeira e de segunda, e, portanto, peço que isso seja expresso também aqui na relação entre os Srs. Deputados, que representam parte do povo português.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No fim deste debate entrará em plenitude de funções este Governo, que resulta das quartas eleições em seis anos. E não podemos ser indiferentes a esta realidade.

Quem fez campanha eleitoral, quem andou na rua, sabe perfeitamente qual era a primeira coisa que qualquer português nos dizia: «Não podemos andar sempre em eleições, os Governos não podem durar só um ano.» E, muitas vezes, diziam: «Seja qual for o Governo, tem de ter tempo para governar.» Pediam estabilidade e, obviamente, neste momento, questionam-se: será desta?

Pediam também reformas e pediam, com certeza, consoante os interesses de cada um, que as fizéssemos numa ou noutra área. Neste momento em que o Governo entra em funções, perguntam: será desta?

E acrescento algo que, se calhar, os portugueses não diziam tanto porque já perderam a esperança, mas nós aqui não podemos perder: a competitividade de Portugal,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... a capacidade de Portugal, no contexto europeu e internacional, se afirmar como não se afirma há muitos anos. E também aí os portugueses têm o direito de perguntar: será desta?

Devo dizer-vos uma coisa: este Parlamento é diferente do que era antes das eleições. Aliás, deixem-me dizer que visto daqui da tribuna é muito mais agradável.

Risos de Deputados do PSD.

A esquerda reduzida, como nunca neste Parlamento, é muito agradável ver daqui.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e de Deputados do CH.

Protestos do PS, do L e do BE.

Srs. Deputados, não há que ficar incomodados, porque esta realidade tão agradável e tão visível daqui não resulta de nenhuma outra coisa que não seja da vontade dos portugueses. Portanto, se foi a vontade dos portugueses que assim fez, Srs. Deputados, é a vida!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Mas as consequências destas eleições...

Protestos do BE.

Ó Sr.^a Deputada, o seu tempo para falar acabou. Com certeza que poderá continuar a fazer apertes, mas também para si é a vida, é igual para todos.

A maioria da Aliança Democrática é maior do que era. A distância entre o número de Deputados que apoiam o Governo e o segundo partido da oposição é maior do que era. O segundo partido da oposição não é o mesmo e a esquerda nunca foi tão pequena neste Parlamento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, este é um Parlamento diferente e todos temos de saber lidar com essa diferença. Desde logo, quem lidera tem de ter iniciativa, tem de estar aberto ao diálogo e tem de ter capacidade de decisão. Quem está na oposição tem de apresentar alternativas, tem de ter a mesma abertura ao diálogo e tem de ser coerente na altura de votar cada uma das soluções.

Sabemos que a maioria que existe é maior, mas é relativa, portanto, isso obriga quem lidera e quem governa a ter a humildade de falar com todos. Mas obriga, igualmente, as oposições a terem essa mesma abertura ao diálogo e a serem construtivas.

No debate que agora termina, a esquerda teve o menor tempo de sempre, mas a questão não é só de tempo, é de ideias. Nunca ouvimos um debate de um Programa do Governo em que fosse tão reduzida a alternativa apresentada pelas esquerdas.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso, o País deve concentrar-se em desafios que aqui foram muito claros durante este debate: lei e ordem.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim, Srs. Deputados, lei e ordem. Os portugueses querem viver num país em que a lei seja igual para todos, seja respeitada por todos e em que, com isso, a consequência seja um país com ordem.

No CDS, sempre nos batemos por isso,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... continuaremos a bater-nos e sabemos que, para termos desenvolvimento, para termos elevador social, para termos a capacidade de socialmente desenvolvermos o nosso País, não o faremos se a lei não for respeitada e se não houver ordem.

Aplausos do CDS-PP.

E, sim, isso começa na segurança, segue na justiça e tem muita importância na política de imigração.

Queremos também um Estado mais leve e mais eficaz, porque sabemos que, para Portugal se desenvolver, muitas vezes é preciso o Estado sair da frente. Sabemos que com esta carga fiscal também não vamos longe e, por isso, temos de reduzir a tributação sobre as pessoas e a tributação sobre as empresas. E sabemos que tem de haver rigor na atribuição de certas prestações sociais.

Os portugueses também aqui perguntam se será que é desta. Será que é desta que vamos dar esses passos decisivos para que o País seja mais competitivo e mais justo? Se essa é a pergunta, do lado do CDS, da Aliança Democrática e do Governo, a resposta, claramente, é: «É mesmo desta. É mesmo desta que vamos conseguir.» Mas a pergunta que deve ser feita é aquela que os portugueses fazem a todo o Parlamento.

Pelos portugueses e por Portugal, não podemos desperdiçar esta oportunidade. Se este Parlamento é diferente, tem mesmo de ser desta.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Acho que se esquecem que não são do Chega. É melhor avisá-los!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Percecionam que são do Chega!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português. Dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: O debate que travámos revelou um Governo com uma atitude de arrogância e com pouco respeito pela vida difícil das pessoas. Mas, por muito que seja a propaganda e até a sua própria vontade, a realidade acaba sempre por se impor.

Vivemos num país onde a esmagadora maioria dos trabalhadores, aqueles que criam a riqueza, que põem a economia e o País a funcionar, se confrontam com baixos salários.

Um país onde 30 % dos trabalhadores enfrentam o flagelo da precariedade, que vai da indústria à hotelaria, das plataformas digitais ao próprio Estado, passando pelo cada vez mais desprezado setor da cultura.

Um país onde os investigadores e cientistas estão a ser despedidos e onde, para muitos, é preciso ter dois e três empregos para pagar a renda, a luz, o gás e a comida.

Um país onde 1 milhão e 800 mil trabalham por turnos, em horários noturnos, desde logo trabalhadores de comércio e serviços, que não têm feriados, que não têm sábados ou domingos.

Um país onde se empobrece a trabalhar e onde mais de 300 mil crianças vivem na pobreza. E seriam mais, não fossem os tais subsídios de que aqui se falou.

Um país onde 1 milhão de reformados recebe abaixo de 510 € por mês.

Um país que tem urgências fechadas, falta de médicos, milhares de alunos sem professores e onde pais desesperam por uma vaga na creche ou pré-escolar e onde centenas de estudantes abandonam o ensino superior por dificuldades financeiras.

Um país onde o custo de vida não para de aumentar, onde todos os dias se fazem contas e sacrifícios para conseguir aguentar a casa.

Um país que empurra a sua gente para a emigração e onde há quem tenha de optar entre comida e medicamentos.

Um país de pequenos empresários agricultores aflitos para aguentar o seu negócio.

Esta é a realidade que, pelos vistos, o Sr. Primeiro-Ministro desconhece. Esta é a vida que está difícil, a vida de pessoas concretas que exigem respostas, as quais não vêm de um programa e de uma política que estão em contramão com o caminho que é necessário.

As suas opções são uma afronta à vida difícil e uma declaração de guerra a quem trabalha. A sua velha e imobilista receita dos baixos salários, exploração, ataque a direitos, mais precariedade e desregulação ainda maior dos horários de trabalho serve — e de que maneira! — aos grandes interesses, mas não serve aos trabalhadores, à juventude e ao País.

Isto não vai lá com a sua opção pela degradação dos serviços públicos, pela especulação imobiliária, pelas privatizações. Isto não vai lá com um Estado mínimo para os trabalhadores e para o povo e um Estado máximo para os grupos económicos e multinacionais, de que a negociata do BES/Novo Banco é um exemplo — mais um ruinoso negócio ao estilo da ANA (Aeroportos de Portugal). O Estado perde garantidamente mais 6 mil milhões de euros, o grupo americano da Lone Star encaixa a parte de leão desses milhões e, no fim, o banco vai parar às mãos de um grupo francês.

É a velha e imobilista receita neoliberal no seu melhor e ao serviço de uma minoria que lucra milhões e milhões à custa da injustiça e da riqueza que é criada pelos trabalhadores e a quem o Governo ainda quer reduzir mais o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas).

Uma minoria que tem nas mãos a banca, os aeroportos, a indústria, a energia, as telecomunicações, os hospitais, as seguradoras, e por aí fora. Essa minoria, sim, cresce à custa dos benefícios fiscais, dos fundos comunitários, do desvio de recursos públicos e de apoios do Estado.

Sabemos bem quem representa essa minoria nesta Sala, quem financia e a razão da sua aposta na mentira, na demagogia e na tentativa de divisão dos trabalhadores, do povo e da juventude.

Sr. Primeiro-Ministro, a sua velha e imobilista política ao serviço desta minoria iria transformar Portugal, sim, mas transformar Portugal num país mais pobre, mais injusto e mais desigual. Um caminho desastroso que o PCP não poderia deixar passar em claro sem debate e sem clarificação.

A votação da moção de rejeição que apresentámos ao Programa do Governo é o momento para essa mesma clarificação. E está claro, por aquilo que se ouviu durante estas horas de debate, que o Chega, a Iniciativa Liberal e o Partido Socialista são o trio que vai suportar a sua política, essa sua política que cheira a troica.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

Bem podem apoiar-se uns aos outros, bem podem dizer o que entenderem, bem podem multiplicar-se em argumentações de governabilidade, de estabilidade, porque a vossa opção, a vossa política injusta é a razão funda da instabilidade da vida das pessoas. A vossa opção, a vossa política merece rejeição. Quem hoje apoia e suporta esta política amanhã será responsabilizado pelas consequências desastrosas, pela instabilidade da vida da maioria do povo, dos trabalhadores e da juventude.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Viu-se nas eleições!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E, mais cedo ou mais tarde, esta política, mais uma vez, será derrotada e será derrotada pela luta dos trabalhadores, do povo e da juventude.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Dispõe de 9 minutos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Aposto que vai falar da Palestina!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Caras e Caros Cidadãos nas galerias: «Este é um tempo de grande significado histórico» — assim começa o documento do Programa do Governo que ontem estivemos aqui a discutir.

E é verdade, vivemos um tempo de grande significado histórico, não só pelas efemérides que vivemos, mas sobretudo porque este é um período particular da nossa História, nacional e mundial. Um período particular pelos desafios que nos coloca, pelas oportunidades que nos dá e pela responsabilidade de estarmos à altura. À altura de quem tanto lutou no passado pela nossa democracia e pelos direitos que hoje temos e à altura de quem virá depois de nós. E à altura de todos nós.

Este Programa do Governo não está à altura do momento histórico que vivemos; pelo contrário, este Programa do Governo lembra um passado recente de austeridade, de desrespeito pelos pensionistas e pelos trabalhadores, um passado onde se entendia que Portugal era, e devia ser, um país de salários baixos e sem ambição. Vão dizer que não, que este programa é muito ambicioso e que até tem uma Agenda Transformadora. Mas se uma Agenda Transformadora do País não inclui ciência, não inclui ensino superior, não inclui cultura, não aposta no conhecimento, isso só mostra a falta de ambição em verdadeiramente transformar Portugal.

Para que deixemos de ser um país com uma economia de baixo valor e de salários baixos, precisamos de um novo modelo de desenvolvimento baseado no conhecimento e na ecologia, onde toda a economia sobe na escala de valor.

Dizem que para resolver o problema da pobreza estrutural e para sustentar o Estado social é preciso crescer e criar riqueza. É verdade, mas a forma como o colocam é «primeiro crescemos e depois resolvemos os problemas», só que não é assim que se resolve.

Assegurar maior justiça social, investir nas famílias, investir nas pessoas, garantir que nenhuma criança cresça em pobreza é em si uma medida de criação de riqueza e de aumento da produtividade que não deve ser deixada nunca para segundo plano quando se discute a melhoria económica do País.

Em vez disso, o Governo continua a apostar numa política fiscal que agrava as desigualdades e cria o papão da imigração, papão este tão útil para afastar as atenções de todos os outros problemas, muito reais, do País, como o caos na saúde, os problemas na escola pública ou a falta de professores.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — O tema da imigração ocupou grande parte dos discursos dos vários ministros ontem. Estar à altura do momento histórico em que vivemos é honrar a nossa história de emigração e de imigração.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — É tratar os imigrantes como seres humanos que são e não ir a reboque de uma retórica e de uma prática divisionista. Não é o que este Governo está a fazer, não tem estado à altura do momento histórico e isso depois tem uma consequência muito real na vida e na segurança, Sr. Primeiro-Ministro.

Há obstáculos à nossa economia que são verdadeiros dramas para tantas pessoas. Os preços da habitação, absurdos face aos rendimentos da maior parte das pessoas deste País, são um enorme obstáculo à nossa economia e a razão por que tantas pessoas, nomeadamente jovens, são obrigadas a partilhar casa ou a continuar a viver em casa dos seus pais ou até a sair do País. As famílias vivem em casas mais pequenas do que deviam ou mesmo em casas sem condições e são obrigadas a ir viver longe, passando horas em transportes.

A habitação é um direito constitucional, mas olhemos do ponto de vista económico. Alguém tem dúvidas de que esta desgraça na habitação é um garrote na nossa economia? As empresas têm mais dificuldade em

recrutar e a produtividade não aumenta se os trabalhadores viverem preocupados a fazer contas à vida, a viver em más condições e a perderem horas, todos os dias, nos transportes.

Mas nem assim, nem olhando para a habitação de um ponto de vista económico, tem havido vontade de resolver este problema. Os preços continuam a aumentar e as medidas que o Governo implementou continuam a inflacionar os preços da habitação. E nem os instrumentos que o Governo já tinha há um ano ao seu dispor, para ajudar quem perdeu a sua casa ou quem está em risco de perder a sua casa, estão a ser usados. O Fundo de Emergência para a Habitação — de mais de 100 milhões de euros por ano — está parado há mais de um ano. Quantas pessoas, quantas famílias poderiam ter sido ajudadas, ao longo deste ano, a não perderem a sua casa? Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a oportunidade de começar a aplicar este fundo de emergência. Espero que não demore mais um ano.

Uma Agenda Transformadora para Portugal tem de pôr na sua base a casa para viver, esse aspeto central nas nossas vidas que tem implicação em tudo o resto.

Depois, em relação à questão do tempo, perguntei ontem, mas não obtive resposta: porque não continua o Governo a testar a semana de quatro dias, como estava previsto? É que os primeiros resultados são ótimos para o bem-estar, para a saúde dos trabalhadores e até para a produtividade das empresas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E não trabalhavam? É preciso trabalhar!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Porque é que o Governo continua a recusar-se a testar esta que pode ser uma ferramenta também para a nossa economia?

Em vez disso, o Programa do Governo está recheado de palavras cujo significado conhecemos bem do passado: flexibilizar, visitar, rever. Só que estas palavras significaram sempre perda de direitos e vê-las no Programa do Governo, aplicadas às leis do trabalho ou às licenças parentais, não é um bom prenúncio. Os direitos não se perdem, os direitos não se compram, e estaremos cá para o assegurar.

Este é um tempo de grande significado histórico, pelo que também aqui é preciso estar à altura. A produtividade aumentou em Portugal, nas últimas décadas, mas isso não se refletiu nos salários na mesma proporção. Temos uma enorme evolução tecnológica, mas não estamos a usá-la para melhorar efetivamente as nossas vidas, para termos mais tempo e para termos mais tranquilidade. Continuamos a trabalhar por turnos, horas a mais, dias a mais, num desgaste completamente inaceitável.

Esta Agenda Transformadora que o Governo nos apresenta tem um pilar de segurança, mas depois não trata verdadeiros problemas de segurança que temos no nosso País — a violência doméstica, que continua a matar e a condicionar tantas mulheres neste País — e não trata do aumento do ódio. Ainda hoje foi conhecido o relatório do Conselho Europeu que dá conta do aumento acentuado do discurso e dos crimes de ódio devido à retórica inflamada de políticos da extrema-direita. E esta violência tem de ser levada muito a sério pelo Governo e também aqui no Parlamento, porque tem consequências muito diretas e muito duras na vida de tantas pessoas deste País.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Este é um tempo de grande significado histórico, no entanto, em pleno século XXI, este é o Governo dos últimos anos com menor percentagem de mulheres ministras e secretárias de Estado; é o Governo que escolhe explicitamente não dar a palavra a nenhuma das suas ministras na apresentação do seu programa. Onde é que está a igualdade, Sr. Primeiro-Ministro?

Aplausos do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Por amor de Deus!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Este é um tempo de grande significado histórico também no mundo. Esta é a altura em que os democratas têm de saber claramente de que lado estão, dentro e fora de fronteiras, e defender os direitos humanos sem hesitar. É a altura de enfrentar Putin e Netanyahu.

Burburinho na Sala.

Ontem, o Sr. Ministro da Defesa disse que o Governo tinha para si muito claro quem são os...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É a vitimização da sociedade?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, desculpe interromper. Faço-o para que este ruído acalme um bocadinho.

Pausa.

Pronto, já houve a possibilidade de se fazerem alguns comentários, sem perturbar. Pode continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dizia eu que esta é a altura em que os democratas têm de saber claramente de que lado estão, dentro e fora de fronteiras, e reconhecer e defender os direitos humanos sem hesitar. É a altura de enfrentar Putin e Netanyahu.

Ontem, o Sr. Ministro da Defesa disse que o Governo tinha para si muito claro quem são os perpetradores, mas não vemos essa clareza no caso da Palestina. A recusa por parte deste Governo em reconhecer o Estado da Palestina é incompreensível.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Portugal vai ser um dos últimos países deste mundo a fazer esse reconhecimento.

É incompreensível a recusa por parte deste Governo a condenar explicitamente o Governo de Israel e a tomar todas as medidas, no campo internacional, para que o genocídio acabe e para que a ajuda humanitária entre.

Por isso, votaremos a favor da moção de rejeição do Programa do Governo,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ui!...

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... porque este Programa do Governo não é aquilo de que Portugal precisa.

Protestos do PSD.

Da parte do Livre, como sempre dissemos, seremos oposição. Uma oposição leal e construtiva, mas muito atenta.

O Governo pede estabilidade, numa situação em que está assente numa minoria, mas não dialoga com o Parlamento. Diálogo pressupõe sentarmo-nos à mesa e conversarmos. Fazer *copy-paste* de medidas avulsas de programas de outros partidos sem sequer falarem connosco não é diálogo. Considerar que a discussão dos investimentos em defesa só deve ser tida com os três maiores partidos não é respeitar o Parlamento e não é respeitar todos os eleitores. Se o Governo quer estabilidade, precisa de trabalhar para essa estabilidade e precisa de respeitar o Parlamento.

Este é um tempo de grande significado histórico. Assim, com a confiança que foi depositada neste Grupo Parlamentar do Livre por tantas cidadãs e tantos cidadãos, garanto que o Livre estará à altura deste momento histórico que vivemos e que vamos trabalhar com todos os democratas, com todos os progressistas, com todos os ecologistas,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... para recuperar o País solidário que sabemos que Portugal é e para construir o País extraordinário que sabemos que Portugal pode ser.

Aplausos do L e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 10 minutos.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Chega ao fim o debate do Programa do XXV Governo Constitucional e o que fica claro é que Portugal não tem tempo para programas vazios e não tem margem para Governos sem ambição.

Aquilo de que o País precisava era de um Programa do Governo ambicioso, corajoso e reformista. Aquilo que recebemos foi um texto tímido, vago, que foge às grandes decisões e repete as fórmulas falhadas do passado.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

Este programa não é mais do que um exercício de equilíbrio político, um catálogo de intenções cuidadosamente desenhado para não ofender ninguém. Mas é precisamente isso que o torna ofensivo, porque, ao evitar escolhas difíceis, abdica de liderar.

Portugal precisava de uma rutura. O que recebeu foi, mais uma vez, um remendo.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

A Iniciativa Liberal apresenta-se como a oposição mais clara e consequente a este Governo, porque temos um programa alternativo, com medidas concretas, com metas exigentes, com reformas estruturais; porque não temos medo de mudar o que está mal;...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... porque não estamos aqui para adiar, mas para agir.

Em política, há sempre muitas palavras e este Programa do Governo não é exceção.

Mas o que falta demasiadas vezes é coragem. Como tal, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que aponte onde há demasiadas palavras, mas pouca coragem, neste Programa do Governo.

Na saúde, o Governo reafirma o SNS (Serviço Nacional de Saúde) como centro do sistema, propõe convergência com entidades privadas e sociais e aposta em sistemas locais de saúde. E os problemas subsistem.

A Iniciativa Liberal diz, com clareza, que a saúde tem de ser universal, mas o prestador não tem de ser exclusivamente público.

Defendemos liberdade de escolha plena, que permita a cada cidadão escolher entre SNS, privados ou setor social, porque acreditamos que o acesso à saúde não se garante com monopólios do Estado — onde falta transparência, mérito e eficiência —, mas com liberdade, pluralismo e resultados.

Na educação, este Governo repete o erro de todos os anteriores: centralismo, com outro nome. Persiste na falta de autonomia das escolas, insiste na rigidez da contratação e colocação de professores e dispensa uma avaliação séria, que permitiria distinguir quem se esforça de quem se arrasta no sistema de ensino. Falam em proibir telemóveis e fazer transferências para as autarquias. Nós falamos em dar autonomia real às escolas, avaliar resultados, premiar o mérito, investir em professores e garantir que cada aluno tem a liberdade de escolher o seu caminho educativo, independentemente do seu código postal.

Na habitação, propõem mais construção pública, mais programas, mais intervenção do Estado. O Governo reconhece que há escassez de habitação, mas continua a confiar no Estado como promotor e não cria incentivos à construção ou ao arrendamento. Prefere viver da propaganda das medidas que executou no passado a reconhecer que essas mesmas medidas, sem um reforço das medidas do lado da oferta, provocaram um agravamento no acesso à habitação, inclusive para os jovens que diziam apoiar.

A Iniciativa Liberal quer um mercado livre e funcional, segurança jurídica no arrendamento, redução da carga fiscal e remoção dos entraves burocráticos para construir, que hoje bloqueiam o investimento, encarecem os preços e limitam a oferta.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sem aumentar a oferta, não há solução possível.

O Governo continua a fingir que o problema se resolve com o Estado. Nós dizemos: libertem o mercado.

Na fiscalidade, o Governo propõe uma redução de 2 mil milhões de euros em IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) até 2029, começando com 500 milhões já em 2025. Já deu para perceber que não será uma redução gradual e consequente, ou seja, o pequeno alívio que as famílias vão receber este ano será o mesmo até 2029. Além disso, o Governo mantém os nove escalões, a complexidade, os benefícios fiscais discriminatórios e o sufoco fiscal.

Ora, a Iniciativa Liberal quer uma revolução fiscal, um IRS para todos mais simples, com menos escalões e com taxas marginais significativamente mais baixas, para devolver rendimento a quem trabalha e atrair talento para Portugal, incluindo o de todos aqueles que abandonaram o nosso País por falta de oportunidades e ambição dos Governos do nosso País. Não queremos só aliviar a carga fiscal, queremos acabar com a máquina trituradora dos rendimentos dos cidadãos.

Estas diferenças profundas não são apenas sinais da falta de coragem deste Governo. São, acima de tudo, o reflexo da nossa divergência mais fundamental: a visão do que deve ser o Estado.

O PSD ainda acredita num Estado acima de todos nós, o Estado que planeia, que gere, que decide por todos, mas que não entrega nada com qualidade. Nós não. A Iniciativa Liberal defende um Estado ao lado dos cidadãos: pequeno no tamanho, mas grande na missão; um Estado disponível e competente onde é necessário, mas também bem longe de onde só estorva e limita as pessoas de atingirem o seu potencial.

Reformar o Estado não é um capricho ideológico. É uma exigência de justiça para quem paga impostos, para quem investe e, principalmente, para quem trabalha todos os dias no nosso País. Nesta matéria, Portugal não precisa de mais promessas vagas, Portugal não precisa de mais discursos mornos, de reformas anunciadas e nunca feitas. Portugal precisa de coragem.

É isso que separa a Iniciativa Liberal deste Governo: coragem para enfrentar o que está mal; coragem para reformar o que está obsoleto; coragem para cortar o que está a mais; coragem para enfrentar os interesses que parasitam o Estado; coragem para desafiar o papel e a visão do Estado na sociedade; coragem para dizer a verdade aos portugueses.

O Estado que temos não serve os cidadãos, apenas serve a si próprio.

Todos os Governos sucessivamente reconhecem os problemas. Falam em eficiência, falam em digitalização, falam em modernização, mas quando chega a hora de agir recuam, porque reformar o Estado obriga a mexer em interesses instalados, obriga a dizer «não» ao clientelismo, obriga a dizer «basta» à lógica de manter o sistema para benefício de quem o domina.

É aqui que falham os partidos da governação. Falta-lhes coragem para enfrentar a máquina do Estado. Falta-lhes vontade para fazer os cortes onde é preciso, não nos serviços essenciais aos portugueses, mas nos desperdícios, nas gorduras e nos privilégios injustificados.

Na Iniciativa Liberal não temos medo dessas escolhas, porque acreditamos num Estado forte onde é necessário, mas que não se perde em institutos sem função, em empresas públicas que são meros sorvedouros do dinheiro ou em carreiras administrativas duplicadas e ineficientes.

Sabemos que isto implica cortes — sim, cortes, e dizemo-lo sem hesitação, ao contrário do Governo —, cortes cirúrgicos, racionais e justos; cortes em observatórios, comissões, fundações e conselhos consultivos sem função clara; cortes nos cargos de nomeação política sem avaliação; cortes nas empresas públicas ineficientes e nos institutos duplicados;...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... cortes na burocracia, que asfixia serviços, cidadãos e empresas; cortes nos desperdícios da contratação pública, que custam milhares de milhões ao erário público.

E dizemo-lo com frontalidade. Cortar na parte do Estado que é inútil é libertar recursos para aquilo que importa: justiça célere, educação exigente, saúde universal, segurança eficaz.

Reformar é reorganizar, profissionalizar e avaliar, é exigir resultados, é premiar o mérito e eliminar a mediocridade institucionalizada, é aplicar a cada euro do contribuinte o mesmo rigor que cada família aplica no seu orçamento.

Os Governos não podem continuar reféns de sindicatos que funcionam como braços armados de partidos minoritários. Sem força política, estas forças bloqueiam desproporcionalmente os serviços públicos e prejudicam, ano após ano, a vida dos portugueses. Enquanto os Governos estiverem reféns das pressões internas dos partidos do arco do poder, dos interesses de quem faz da máquina estatal vida, nada mudará. Continuaremos a ter um Estado que nos custa muito e nos dá pouco.

A Iniciativa Liberal propõe o contrário. Propõe um choque de gestão no Estado, um choque de transparência, de responsabilização, de exigência. Propõe um Estado que se justifica todos os dias e que sabe sair do caminho quando não é necessário, porque o Estado, tal como está, é um obstáculo ao progresso.

Enquanto o PSD continuar a gerir o sistema, Portugal continuará preso a décadas de atraso. Isto porque o PSD não quer reformar o Estado, quer governar o Estado tal como ele está, com as suas estruturas, os seus interesses, os seus bloqueios. No fundo, quer apenas uma gestão mais competente do imobilismo. É preciso fazer de conta que se muda alguma coisa para que, no essencial, nada mude.

Senhoras e Senhores, chegou a hora de dizer com clareza: o Estado que temos é o maior entrave ao futuro de Portugal, e o País já não aguenta mais Governos que têm medo de enfrentar o sistema que os alimenta. O País precisa de reformas, não de planos inconsequentes. Precisa de responsabilidade, não de calculismo eleitoral. Precisa de coragem para devolver ao Estado a sua função: servir as pessoas.

Este Programa do Governo é apenas uma tentativa de emendar um Estado que está exausto, gasto, sem fôlego.

A nossa proposta é outra: substituir esse Estado por um que saia da frente da vida das pessoas e das empresas; um Estado que respeite os cidadãos, que confie nos empreendedores, que devolva poder a quem trabalha, a quem constrói, a quem arrisca.

Portugal não precisa de mais tutela, Portugal precisa de mais liberdade.

Esta é a verdadeira diferença entre o Programa do Governo e o que seria um programa de um Governo liberal: a escolha entre mais do mesmo ou a coragem de mudar, entre o controlo e a confiança, entre um Estado que sufoca e um Estado que serve.

Nós escolhemos a liberdade, nós escolhemos a responsabilidade, nós escolhemos o futuro, porque Portugal não pode continuar a ser um país refém do medo, tem de ser um país movido pela ambição.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista, que dispõe de 15 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não se esqueçam de bater todos palmas! Não são só alguns! Têm de bater todos palmas ao vosso líder!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Ao encerrarmos este debate, subsistem muitas perplexidades. A primeira é o Governo não atualizar o seu cenário macroeconómico, em que mais ninguém a não ser o próprio Governo ainda finge acreditar.

A consistência orçamental e a sustentabilidade financeira são elementos essenciais de credibilidade do País, de confiança e, portanto, de atratividade da economia portuguesa.

São fatores críticos para a tipologia de atividade económica de que o País precisa para entrar numa senda de desenvolvimento, de crescimento da produção de bens e serviços, de valor acrescentado, de produtividade e para poder aumentar os salários.

É, por isso, para nós, incompreensível que não haja um quadro macroeconómico atualizado para sustentar o Programa do Governo.

Aplausos do PS.

Depois de um ano a derramar o saldo orçamental legado pelos Governos do PS, este Governo apresenta-nos um programa que, escondendo mal os maus resultados na economia e nas finanças públicas, antecipa a política que a direita melhor sabe fazer: cortes nas reduções de direitos, desinvestimento no Estado social.

Sr. Primeiro-Ministro, não conte com o PS para esse caminho.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, continuaremos a afirmar, nesta Assembleia, por todo o País e junto da nossa diáspora, uma visão alternativa para Portugal, uma visão de futuro, com prosperidade económica, coesão social e proteção ambiental. Um Portugal futuro, construído com uma proposta económica assente no conhecimento,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nota-se bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... com ganhos de competitividade à escala global, gerados pela combinação de tecnologia e das qualificações dos portugueses e das portuguesas.

Um futuro feito em Portugal, com um impulso de inovação, de aposta nos apoios à investigação, ao desenvolvimento tecnológico, juntando a academia e as empresas, para uma economia de tecnologias limpas e de conhecimento — seja na agropecuária, na indústria ou nos serviços — construída sobre o sucesso nacional da dupla transição verde e digital, com a atração de investimento direto estrangeiro e a fixação de investimento nacional produtivo, intensivo em capital e intensivo em tecnologia.

Com mais incorporação nacional, mais valor acrescentado, mais transferência tecnológica por via das agendas mobilizadoras dos setores de competitividade e de internacionalização, de modo a permitir que as intensidades tecnológica e de capital se transmitam das grandes empresas nacionais e estrangeiras para o vasto tecido das pequenas e médias empresas nacionais.

Com mais estratégia diferenciadora de impulsos às indústrias dos processos produtivos transnacionais, como as dos setores industriais, da metalurgia, da metalomecânica, da eletrónica, do automóvel, do aeroespacial, da química e da farmácia, bem como das indústrias tradicionais exportadoras de bens de consumo, como o têxtil-lar, o vestuário, o calçado, a cortiça, o móvel, o papel, a cerâmica, o vidro, o alimentar e as bebidas.

Com mais capitalização, garantindo melhor inserção das pequenas e médias empresas nacionais nas cadeias de produção europeias e globais, com melhores condições de financiamento ao seu ganho de escala e de internacionalização, concentrada na atração de investimento e de capitais, sem esquecer de mobilizar a rede de empresários da diáspora portuguesa.

Com uma nova gestão do território e com mais coesão, promovendo contratos territoriais de desenvolvimento que venham a integrar os recursos do território na base produtiva nacional e criar solo urbano industrial, gerando uma espinha dorsal de áreas de localização empresarial e de parques logísticos entre o litoral e o interior, devidamente infraestruturados de acessibilidades e de utilidades, e incentivando a instalação de unidades-âncora, desde logo no presente plano de financiamento europeu e nacional, e promovendo o desenvolvimento de indústrias de duplo uso civil e militar.

Com um território mais coeso, fruto da descentralização de serviços públicos e da criação dos novos organismos de Administração Pública em diversos locais do País.

É necessário ter essa coragem para que novos serviços públicos sejam motores de desenvolvimento territorial, local e regional.

Aplausos do PS.

Com a valorização das economias azul e rural, equilibrando o ordenamento, a proteção ambiental e a biodiversidade com a atividade humana e económica. Desde logo, com a revitalização do setor das pescas e a exploração sustentável da agricultura, da pecuária, da vinha e do vinho, da floresta — essenciais para a coesão e a resiliência dos nossos territórios e para evitar a sua inutilidade económica e conseqüente abandono e desproteção.

Com um futuro profissional para os jovens, em que todos os setores produtivos — da agricultura ao turismo, passando pela indústria e pelo comércio — tenham ganhos de produtividade, por força de uma maior intensidade da inovação, da tecnologia e do capital, podendo, por isso, pagar melhores salários, numa rota de convergência com a média europeia até 2035, em empregos mais qualificados.

Com mais justiça fiscal no trabalho e na habitação, protegendo os jovens residentes em Portugal de instrumentos cada vez mais desnecessários como os vistos *gold* ou o regime fiscal dos residentes não habituais.

Aplausos do PS.

Com Portugal a construir mais habitação, a rever o ordenamento do território e a legislação dos solos e a alienar terrenos públicos num contexto de contratos locais entre a administração central e a administração local, dando poderes às autarquias para, com os agentes de mercado, estabelecerem metas e mecanismos de aprovação e concretização de projetos com vista a conseguirmos construir 50 mil novos fogos por ano, em conjugação com um programa mobilizador da construção de habitação pública, cooperativa e a custos controlados.

Existe um raro consenso na sociedade portuguesa quanto ao diagnóstico: há uma grave crise de habitação e só uma intervenção decidida do Estado e das autarquias, que mobilize o cooperativo e o privado, será capaz de travar o agravamento desta crise. Uma intervenção que não se esgota numa legislatura e que deve implicar uma ambiciosa visão estratégica de médio prazo, com metas devidamente quantificadas e consensualizadas, que abram um horizonte de esperança para as famílias que não têm acesso à habitação.

O Programa do Governo não espelha essa visão ambiciosa, ignorando que muitos milhares de jovens e de famílias das classes médias não conseguem pagar uma renda ou adquirir uma habitação a preço de mercado. A habitação pública de renda acessível deve abranger também essas famílias. O País tem de garantir que, num prazo de 10 anos, todos tenham acesso a uma habitação condigna.

Aplausos do PS.

Esse tem de ser o objetivo de todos nós, enquanto País.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o Portugal futuro depende também de conquistas adquiridas nos últimos 50 anos de democracia, que têm de ser consolidadas e desenvolvidas. É o caso do Serviço Nacional de Saúde, que pode e deve ter complementaridades e cooperação com o setor social e privado, sem nunca comprometer o serviço público e a sua universalidade. Ou o de uma escola pública de qualidade, que estimule a autonomia e a responsabilidade. Ou ainda de uma segurança social pública, sustentável e adequada, que garanta que quem trabalhou toda uma vida possa beneficiar daquilo para que descontou.

O Portugal futuro depende da continuação, sem hesitações, do combate à pobreza e às desigualdades, com apoios sociais desburocratizados, acessíveis e sem estigmas. Trabalho remunera-se com salário, não se remunera com prestações sociais.

Aplausos do PS.

O Portugal futuro tem de valorizar o ensino superior em vez de o tornar mais elitista. Estaremos contra o recurso a empréstimos para pagar os cursos universitários.

Aplausos do PS.

Conhecemos bem o modelo dos Estados Unidos da América e a dependência que isso provoca nas famílias e nos jovens que, mal terminam as suas licenciaturas, têm dívidas para pagar durante quase uma geração. Temos de promover o ensino profissional. Precisamos de investir em ciência e na produção de conhecimento. Tem de se alargar o acesso dos públicos e descentralizar a cultura, levar a cultura aos territórios e deles trazer os elementos da nossa identidade e das nossas tradições.

O Portugal futuro depende do sentido de emergência na ação climática, na proteção ambiental, da biodiversidade e dos recursos naturais e da regeneração da natureza. No máximo até 2035, Portugal tem de ser capaz de se autoabastecer de eletricidade com recurso a fontes renováveis.

Convergimos na prioridade dada à política da água, mas uma verdadeira prioridade da política da água não pode estar assente no adiamento das infraestruturas essenciais em que essa política assenta. O mesmo acontece com a política de transportes.

O Portugal futuro é um Portugal livre e democrático. Para isso, as pessoas esperam que os responsáveis políticos se concentrem em resolver os seus problemas e os das suas comunidades.

É para isso que aqui estamos todos, Governo e oposição. Os portugueses esperam de nós que lhes asseguremos estabilidade e previsibilidade nas suas escolhas. Foi por isso que me concentrei ontem nas matérias em que estamos disponíveis para convergir, mas também naquelas em que estamos disponíveis para divergir.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, é bom que não nos equivoquemos num ponto central: nas últimas eleições, os portugueses deram a todos e a cada um dos Deputados que se encontra nesta Câmara um mandato, com a mesma dignidade e com o mesmo valor, na defesa das posições que apresentaram e de confiança de quem os elegeu.

Sr. Primeiro-Ministro, não se engane. O nosso papel não é o de auxiliares; é o de fiscalizar e legislar para servir o País. É o senhor que responde perante o Parlamento e não é o Parlamento que responde perante si.

Aplausos do PS.

Não se esqueça nunca, nem o seu Governo, de que aqui há 230 representantes do povo. Cada um constitui uma parcela de soberania, uma parcela da soberania popular. Não seremos assessores do Governo; fiscalizaremos a ação do Governo, com exigência e com frontalidade. Dialogaremos com transparência e com lealdade institucional.

Permita-me, Sr. Primeiro-Ministro, que lhe faça um pedido: dê instruções ao seu Governo para, quando vierem às comissões, tratem com respeito e dignidade institucional todas e todos os Srs. Deputados, porque não foi isso que aconteceu sempre na anterior legislatura.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, traremos as nossas propostas a esta Assembleia, porque não prescindimos de contribuir para o progresso nacional. Estamos aqui para cooperar e convergir para servir Portugal.

Contará, Sr. Primeiro-Ministro, com a convergência no que há que convergir, mas colocando o interesse do País sempre acima de quaisquer interesses partidários. Estamos aqui para servir Portugal!

Aplausos do PS, de pé.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Peço condições para dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, que é o próximo orador.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Agora vai falar o líder da oposição!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que dispõe de 16 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro disse ontem que jogava futebol com os dois pés, com o peito e com a cabeça.

Risos do CH.

Há uns anos, uma foto do primeiro-ministro australiano mostrou uma particularidade: o primeiro-ministro australiano tinha dois pés esquerdos e não um pé esquerdo e um pé direito. Essa foto foi criticada pelo mundo inteiro, mas percorreu o espaço do globo com essa particularidade: havia um primeiro-ministro que tinha dois pés esquerdos. Isso era inaceitável.

Nós temos um Primeiro-Ministro que joga com os dois pés. Eu já vi e sei que é verdade. Joga com os dois pés, mas, em regra, joga com os dois pés fora do campo, fora da linha e fora do jogo. É, por isso, um mau Primeiro-Ministro.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já deixou há muito o comentário desportivo! Até pôs a gravata vermelha, mas não lhe serviu de nada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É também o Primeiro-Ministro que nos traz hoje uma proposta de governação e de alteração ao modelo a que estamos habituados no Estado.

O que é que nos trouxe, nesta discussão do Programa do Governo? Trouxe-nos mais *PowerPoints*, mais anúncios e mais medidas que sabemos que ou não foram ou não serão concretizadas.

Luís Montenegro, jogando dentro ou fora do campo, nunca foi diferente de António Costa. Jogaram sempre os dois com a mesma equipa: a equipa do sistema que domina Portugal há 50 anos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Jogaram com os mesmos titulares, de 1.^a, de 2.^a ou de 3.^a divisão, em alguns casos, mas, mesmo assim, os mesmos titulares e os mesmos rostos da equipa que nada tem de novo para trazer a Portugal.

Acabámos de ouvir um discurso entusiasmante e entusiasmador de José Luís Carneiro,...

Risos do CH.

... provavelmente o primeiro de muitos, a puxar pela energia de que o País precisava, a puxar pela força nacional, e quem o ouvisse dizia: temos partido!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Temos homem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porém, meus caros, isto não é mais do que os últimos anos de marasmo entre o PS e o PSD agora a expressar-se mesmo à nossa frente na Assembleia da República. Um diz que já fez, outro diz que fará; um usa um tom mais frouxo, outro um tom menos frouxo; um diz que podem contar com ele, mas não para tudo, e que não vai assessorar o Governo, e o Governo sorri e diz que já contaram com eles para tudo, como no Orçamento, nos programas e tudo isso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Na verdade, o País sabe hoje isto, que é incontornável: há um líder da oposição e há muletas do Governo neste Parlamento. É só isso que há neste momento.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, este é o dia de mostrar que este Governo não é bom, mas que há alternativa a este Governo. O tempo que começa hoje não é o tempo de impedir nem de obstaculizar por obstaculizar. O País precisa de construção e de responsabilidade.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Precisa de construção e de capacidade de dizer «não», sendo oposição.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Oposição da treta!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sabemos aquilo que a extrema-esquerda quer e sempre quis. Fingindo ser uma oposição forte, acabaram reduzidos a quatro ou cinco. O PS fez o mesmo e o País deu a resposta no dia 18 de maio. Deu, é verdade, uma maioria a este Governo, uma maioria maior do que aquela que tinha, e deu um papel de liderança ao Chega nessa construção alternativa.

Quero dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, a si e perante esta Câmara, que nós levamos e levaremos a sério o trabalho de liderar esta oposição, mas nunca contará, e sei que se sabe que nunca contará, com um partido que seja tão e somente uma muleta, mas sim com um partido que tenha coragem de lhe dizer na cara o que está errado, onde errou, o que fez mal, o que tem de fazer melhor e o que deve mudar por Portugal.

Não conte mais com a oposição feita ao estilo PS/PSD; conte com um partido capaz de lhe dizer a verdade, mesmo que essa verdade custe, e conte com um partido capaz de lhe dizer onde governa mal, mesmo quando está a governar mal todos os dias da vida deste Governo.

Aplausos do CH.

Por isso, não começamos bem quando dizemos, Sr. Primeiro-Ministro, que vamos resolver uma crise de habitação, quando estamos no País com mais dificuldades de acesso a essa habitação, mas acabamos de atribuir, através da Câmara Municipal de Lisboa, 127 casas àqueles que as ocuparam ilegalmente.

Aplausos do CH.

É a sua cor política que atribui casas aos bandidos que as ocuparam ilegalmente, ao jeito do que faria o Bloco, o Livre ou o PCP.

Protestos do L.

Não foi a expulsão dessa casa, mas sim a atribuição da propriedade dessa casa. É um mau começo!

Por isso, se nenhum outro tem a coragem, eu vou dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que é evidente: quem ocupa casas comete crimes, quem comete crimes vai preso. É assim que deve ser em Portugal.

Aplausos do CH.

Não podemos querer reformar o Estado, fazer guerra à burocracia, e ter ao mesmo tempo connosco o recorde de nomeações políticas do último ano, porque coube a este Governo o recorde de nomeações políticas no aparelho do Estado no último ano.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — É mentira! Mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Conseguiu bater, inclusivamente, o recorde do antigo Primeiro-Ministro António Costa.

Assim, Sr. Primeiro-Ministro, não há guerra à burocracia que vença. Se de um lado olhamos a burocracia e dizemos que a vamos cortar e, do outro, enchemos o Estado de *jobs for boys and girls*, para distribuir com o cartão partidário, é errado. É errado! É estruturalmente errado e é acima de tudo errado porque usa o dinheiro dos contribuintes.

Se queremos fazer um corte à burocracia, vamos começar por um corte no sistema político, que é aquele que há muitos anos sorve os recursos do País.

Aplausos do CH.

Sobre os incêndios, o País volta a viver um drama de norte a sul e sem equação definida. Ontem mesmo ouvi — e oiçam! — esta expressão de um autarca: «Estamos a combater os fogos de mãos vazias.»

Passam anos e anos, anos e anos de PS e PSD, com um candidato a líder do PS com responsabilidades diretas na administração interna do Estado, e continuamos a combater os incêndios sem nenhuns meios eficazes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ontem faltavam helicópteros; antes de ontem, no dia anterior, faltavam meios humanos. Como é que podemos ter um Estado, como é que podemos ter um partido e como é que podemos ter um Governo que nem no mais básico e fundamental consegue dar resposta aos cidadãos?

Os cidadãos que viram a carga fiscal aumentar no último ano, que viram atingir o recorde histórico do PIB (produto interno bruto), pensam: quando eu chegar lá, terei o Estado para mim. Mas não têm! Não o têm na urgência que está fechada, não o têm no hospital que está fechado, e não veem, quando o fogo começa a chegar perto das casas deles, os bombeiros e a proteção civil com meios para o combater.

Sr. Primeiro-Ministro, este estado de coisas tem de acabar. Não podemos continuar a ser os parentes pobres na Europa, até no mais básico e fundamental que há: defender a terra, Portugal e os portugueses do fogo que todos os anos nos consome.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, não pode querer combater a corrupção e nomear três governantes suspeitos de crimes económicos para este Governo, ou colocar Hernâni Dias a liderar uma lista em Bragança, quando disse que ele era inapropriado para fazer parte do Governo, ou dizer que vai fazer uma reforma na luta contra a corrupção e não apresenta, durante um ano, uma única medida que o faça.

Enquanto isto, José Sócrates dá entrevistas ao País, ri-se de nós e para nós, ri-se enquanto passa displicente por estúdios de televisão. Quem paga? Pagamos nós, os mesmos de sempre. Não por nós, mas porque vocês, sucessivamente, anos após anos, décadas após décadas, não fizeram a reforma que era preciso fazer na justiça portuguesa.

Aplausos do CH.

Vocês todos, ano após ano, década após década! É por isso que eles ainda se riem na nossa cara.

Aplausos do CH.

É por isso que eles ainda se riem na nossa cara, mas o tempo em que se riem está a acabar e, graças a Deus, a impunidade está a chegar ao fim neste País.

Todos os que me precederam nos discursos foram claros: vivemos um novo tempo histórico, um novo contexto político. Claro que para alguns é o contexto político mais ameaçador das suas vidas. «Vem aí o

fascismo!», «Estão mesmo já à nossa porta!», «Estão mesmo aqui já a bater tambores!», «Derrubaram o PS, a seguir vêm por nós!»

Que ninguém tema, porque quem não roubou o País não tem nada a temer, nem do Chega, nem do movimento que leva o Chega para a frente.

Aplausos do CH.

Quem não roubou o País não tem nada a temer de um movimento que só quer ir, um a um, pedir responsabilidade por aquilo que aconteceu em Portugal nos últimos anos e nas últimas décadas, exigir responsabilidade por aqueles que sentiram que tinham o apoio de quem precisavam e só sentiram que foram roubados, roubados e roubados uma e outra vez.

Ontem mesmo um polícia foi esfaqueado em Loures. Ontem. Não foi há um ano nem há um mês, foi ontem. Ouviram algum dirigente político falar disso aqui?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ninguém!

Protestos de Deputados do PS e do Deputado do L Rui Tavares.

Viram cravos nas ruas e ouviram andar a dizer «vamos para a rua novamente»? Ouviram? Claro que não! Viram aberturas de telejornais? Claro que não! Viram comentadores atrás de comentadores a falar do perigo que era atacar polícias e esfaquear polícias? Claro que não! Porque este País passou a ver a violência boa e a violência má, passou a haver o ódio do bem e passou a haver o ódio do mal.

Para nós, é claro: é violência? É condenável! É ódio? É condenável!

Aplausos do CH.

Onde é que estava o comunicado do Primeiro-Ministro ontem à tarde? Onde é que estava a nota da Presidência da República ontem à tarde? Zero!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Nada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em lado nenhum, porque a vida do polícia não interessa, como não interessa a vida do comerciante, do lojista, do taxista, do médico, do professor, do enfermeiro. Interessa se é coitadinho, interessa se precisa de ter a mão do Estado, interessa se precisa de ser levado ao colo pela extrema-esquerda, porque, se for um português comum, isso já não interessa nada. Morre, morre e mais nada! É assim que tem sido nos últimos anos em Portugal. Morre, morre, morre e mais nada!

Aplausos do CH, de pé.

Por isso, não interessa o motorista queimado num autocarro em Loures. Por isso, não interessa o polícia esfaqueado. Por isso, não interessam os enfermeiros agredidos ou atacados por ciganos ou por outras minorias. Não se pode falar disso, nem há cravos para isso, nem jornais para isso, nem *media* para abrir jornais da noite para falar sobre isso. Não interessa. Não interessa falar sobre isso.

Protestos do PS, de Deputados do L e do PAN.

Vozes do CH: — Está calado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se pudessem, cortavam o direto agora mesmo e diriam: «Vamos para a publicidade.»

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Mas não, é preciso ouvir até ao fim, porque o País está a mudar. E o novo País, esta nova força e esta nova energia, não tem medo de falar porque é cigano, ou porque é imigrante, ou porque é de uma minoria. Se é criminoso, é criminoso. E vai para a prisão pagar por isso.

Aplausos do CH.

O País assistiu ontem ao Conselho da Europa — essa instituição prestigiada de tachos distribuídos internacionalmente — a dizer: «Cuidado, Portugal, cuidado, porque está a aumentar o discurso agressivo por alguns políticos que estão sentados aí, nesse Parlamento.»

Ontem fui ver se alguma vez o Conselho da Europa tinha alertado Portugal para o aumento da corrupção. Nunca. Aí, não era um problema do Conselho da Europa. Que Portugal se inunde em corrupção é de pouco interesse.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Fui ver se alguma vez tinham alertado Portugal para o aumento da ideologia de género nas nossas escolas e da violência sobre as crianças. Nunca. Fui ver se alguma vez tinham alertado Portugal para a violência dos ciganos sobre as populações que vivem ao lado deles. Zero anúncios. Fui ver se alguma vez tinham alertado Portugal para a insegurança provocada pelos fluxos migratórios. Nunca. Zero vezes.

Vêm agora, não porque estão preocupados com os direitos humanos, mas porque são uma organização de tachos, distribuída por tachos e para tachos, internacionalmente. É por isso que vêm agora falar disso.

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, é preciso saber se o que vai fazer vai ser mesmo para mudar este estado de coisas.

Para já, enquanto ontem o Parlamento discutia se o discurso está mais agressivo ou menos agressivo, o IMI (imposto municipal sobre imóveis) aumentou 10 %. Houve 10 % de aumento do IMI. Quem está em casa sabe bem aquilo a que me estou a referir. Os preços aumentaram, enquanto aqui as discussões parecem da espuma dos dias.

A carga fiscal de 2024 bateu o recorde de 35,6 % do PIB. É aí que está o nosso dinheiro. Enquanto se discute aqui aquilo que PS e PSD querem fazer da discussão *puf!* dos dias, o País vai continuando a sacar impostos a quem trabalha e a alimentar o sistema que temos. Se o Primeiro-Ministro está disposto a mudar isso ou não, é coisa que ainda não sabemos.

Mas, para já, há coisas que não nos aumentam a confiança. O Chega propôs no ano passado acabar com a derrama estadual, ou diminuí-la progressivamente. O PSD votou contra essa medida no Orçamento do Estado e agora inclui-a no Programa do Governo.

O Chega propôs quotas para a imigração e que todos os imigrantes que entrassem em Portugal tivessem de ter um seguro de saúde. O Governo e o PSD disseram que não. Agora dizem que querem controlar a imigração.

O PSD e o Chega comprometeram-se a baixar o IRC, mas o PSD preferiu vender-se ao PS para evitar baixar esse IRC.

Sr. Primeiro-Ministro, refiro duas medidas para nos comprometermos para já: dar uma pensão digna a todos, todos os antigos combatentes deste País. Todos, todos, todos os antigos combatentes deste País. Todos!

Aplausos do CH.

E garantir que, no dia de amanhã, começamos um grande plano para pôr a trabalhar todos aqueles que recebem subsídios indevidamente neste País. Todos, todos, todos!

Aplausos do CH.

Que aqueles que há anos andam a receber subsídios tenham, pela primeira vez, de fazer uma coisa chamada «trabalhar».

Sr. Primeiro-Ministro, o País tem um novo Primeiro-Ministro e tem um novo líder da oposição. A partir de agora será assim: trabalhar, trabalhar e trabalhar!

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria só dar duas notas.

A primeira é esta: eu não interrompi, mas, na parte da sua intervenção em que fez uma imputação...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi o Livre que ligou para aí! Nós vimos. Mas o Livre não manda! Tem de crescer muito para mandar!

O Sr. **Presidente**: — O Livre ligou, e ligou com razão,...

Vozes do CH: — Queixinhas!

O Sr. **Presidente**: — ... acerca da imputação da prática de ilegalidades associada à lógica de «bandidos», que tem uma componente que se insere precisamente naquela previsão de respeito para com os outros Deputados que fazem parte do Hemiciclo. Portanto, não posso deixar de fazer essa referência aqui, para se evitar esse tipo de observação.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Só às vezes! Quando é sobre pessoas do Chega, está tudo bem!...

O Sr. **Presidente**: — A outra situação, essa, digamos, é mais comum: quando nos dirigimos a todos nós e também aos membros do Governo, não é por «vocês», mas por «Srs. Membros do Governo».

Percebo a dinâmica da intervenção, mas também é uma questão quanto à qual devemos ter sempre cuidado, para que mantenhamos o nível daquilo que se espera da Assembleia, nesse tipo de interlocução.

Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, para uma intervenção. Tem 18 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Liga para lá a fazer queixinhas outra vez!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Liga para lá as vezes que quiseres, que nós somos 60 e vocês são 6! Chora, que é de graça!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Queres uma chucha?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Depois da tentativa falhada de voltarmos ao comentário desportivo, creio mesmo que depois da tentativa falhada do *show* do populismo, sobre este último — porque, do comentário desportivo, percebemos todos a que é que me referia — queria só dizer ao País, à Câmara, mas sobretudo ao Deputado André Ventura, o seguinte: o Sr. Deputado André Ventura falou dos tachos e criticou o Conselho da Europa, dizendo que o Conselho da Europa nunca falou, por exemplo, sobre corrupção. Ou quis mentir, ou é por ignorância.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não! Nunca alertou!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — As recomendações do GRECO (Grupo de Estados Contra a Corrupção) são precisamente do Conselho da Europa.

Aplausos do PSD, do PS e do L.

Mas pergunto ao Sr. Deputado André Ventura sobre a questão dos tachos, efetivamente: ó Sr. Deputado André Ventura, se o Conselho é assim tão mau, se não serve para nada e se o Chega combate tanto e tanto, o Chega combate os tachos e o Conselho da Europa, porque é que o Chega tem Deputados indicados precisamente para essa delegação do Parlamento?

Aplausos do PSD, do L, do CDS-PP e de Deputados do PS e da IL.

Tenho a certeza, Sr.^{as} e Srs. Deputados, portugueses, e não tenho dúvidas: nesta legislatura, o Chega, em coerência com aquilo que diz o Deputado André Ventura, não indicará nenhum Deputado para as delegações externas do Parlamento nacional.

Aplausos do PSD, do L, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Querias!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Voltemos ao País real.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Peço para parar a contagem do tempo.

Continuação de protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Srs. Deputados, o Sr. Deputado Hugo Soares permitiu este momento de descompressão e agradeço-lhe por esse efeito. Agora que está toda a gente descomprimida, pode continuar, Sr. Deputado.

Continuação de protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Srs. Deputados, o tempo está parado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, se entender que repor a verdade é descompressão, conte comigo para continuarmos a ter momentos destes.

Portugal foi a eleições e os portugueses foram chamados a escolher. E escolheram.

Quando muitos vaticinavam uma abstenção sem precedentes, quando muitos agoiravam um desinteresse coletivo, os portugueses saíram de casa e não deixaram que decidissem por eles.

É por isso justo e é por isso devido que, na investidura do Governo na Casa do povo, a nossa primeira palavra vá para quem nos escolheu, a nós, a todos nós, vá para o povo português. E o povo, o nosso povo, sábio como sempre, escolheu sem receios, sem amarras, sem condicionalismos. Escolheu sem alinhar no pensamento orientado, escolheu sem aceitar a imposição do pensamento publicado, escolheu livre e conscientemente.

O que estava em causa nestas eleições, talvez da forma mais marcada de que temos memória, era a escolha altamente personalizada de um primeiro-ministro, a avaliação de um Governo, que também foi a votos, e de um programa, um caminho político.

Ora, o resultado foi evidente. O povo, o nosso povo, que não é só sábio quando nos convém ou só às vezes, mas é sempre sábio, escolheu um programa político, validou um Governo e impôs quem queria que fosse primeiro-ministro. Decidiu que o Chega — por pouco, é certo, mas decidiu — passava a segunda força política e que o Partido Socialista, quiçá pagando o preço do populismo de que se vestiu, ficasse em terceiro lugar nas eleições.

Hoje, dia em que discutimos o Programa do Governo, o País ficará a saber se este Primeiro-Ministro, este Governo e este caminho político também têm no Parlamento a sua legitimação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este Programa do Governo é um espelho cristalino, um reflexo claro do nosso compromisso com a estabilidade e com a atitude reformista. É um espelho que quer refletir a ambição de um povo que se preocupa com os seus problemas e é também um reflexo puro, claro, da vontade dos portugueses no último dia 18 de maio.

Nos últimos dias, muitos, muitos se indignaram, com argumentos contraditórios. «O Programa do Governo é o programa eleitoral, não tem novidade nenhuma», diziam uns. «O Programa do Governo plagia as propostas dos outros», diziam os mesmos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Programa do Governo, sim, claro, é a consequência do contrato político que assinámos com o País. Fartos de quem promete e não cumpre estão os portugueses. E sim, o Programa do Governo tem propostas dos outros partidos, porque nós não somos daqueles que se arrogam donos da sabedoria plena.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Tem propostas que vão do alívio dos impostos, num País que se habituou a ser esmagado pelo Estado, à aposta na construção de habitação, de muito mais habitação; da simplificação e do combate sem tréguas à burocracia ao combate sem tréguas à corrupção; da água que nos une e unirá ao aumento do complemento solidário para idosos e das pensões. Queremos um País que não deixe ninguém para trás, mas que não hesite em ser rigoroso no dinheiro que é de todos.

Quer isto dizer que, em Portugal, ninguém deve receber mais do Estado sem nunca ter trabalhado do que aqueles que trabalham? Sim, quer! Mas isto quer dizer que é de direita, de esquerda ou da social-democracia moderada? Não. Isto quer dizer ser rigoroso com as prestações sociais, quer dizer sermos justos e não aceitarmos injustiças.

Aplausos do PSD.

Aumentar rendimentos, o que significa aumentar salários; valorizar carreiras e tornar a Administração Pública atrativa; fixar o nosso talento e apostar sem preço nos nossos jovens é transformar aquilo que fomos naquilo que queremos ser.

Salvar a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde não são desígnios nem de uma nem de um ministro. São imperativos coletivos, são nossos, são de todos nós.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há, como se viu ainda agora, uma diferença colossal entre o projeto da AD e os outros projetos. Onde uns fazem alarme do crime — sim, estou a falar do Chega —,...

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

... nós saudamos a atuação das forças e dos serviços de segurança e da Polícia Judiciária que, como nos têm habituado, rapidamente, de um dia para o outro, atuam, identificam e detêm os criminosos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Uns do lado do alarme social; nós do lado das soluções.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Onde uns continuam em negação sobre o erro colossal que foi a criação da manifestação de interesse — sim, estou a falar do Partido Socialista —, nós corrigimos, regularizamos e humanizamos. Uns do lado da negação; nós do lado das soluções.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Onde uns veem cortes e despedimentos — sim, estou a falar do Livre, do PCP e do Bloco de Esquerda —, nós vemos a reforma do Estado como fator de competitividade e de remoção de obstáculos a cidadãos e a empresas. Uns do lado dos papões; nós do lado das soluções.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Onde, para uns, tudo deve ser iniciativa privada, tudo é liberalismo — sim, estou a falar da Iniciativa Liberal —, nós vemos a necessidade de um Estado forte, que proteja os mais vulneráveis. Uns do lado da ideologia; nós do lado da realidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o nosso desígnio é mesmo Portugal! E estou absolutamente convencido de que quem quiser cooperar encontrará, estou certo, neste Governo, total abertura. Mas também não tenho qualquer tipo de dúvida de que quem quiser bloquear encontrará, estou certo, neste Governo, total determinação. Que não restem dúvidas.

Sr. Presidente, muito se tem falado nas últimas semanas sobre os acordos de governação política, sobre a estabilidade política. Estabilidade política é mesmo um bem comum. Não é importante para o Governo, não é importante para os partidos da oposição; é importante para Portugal. O País não pode, não deve, não aguenta eleições legislativas de dois em dois anos, de ano a ano, em ciclos políticos tão curtos. Pôr em causa um bem comum como é a estabilidade política, por mero capricho, não é só infantilizar a política, é desprezar o esforço dos portugueses.

É, por isso, essencial que esta legislatura não seja desperdiçada com futilidades e matérias que nada — acreditem, nada mesmo — dizem à vida dos portugueses. Pergunta-se, hoje, no espaço político, à magna política que vai enchendo jornais e comentariado político, e que entretém até muitos políticos — às vezes até de forma pueril, não me levem a mal —: «Com quem vai o Governo governar?»

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Com as gasolineras!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E ouvimos os principais partidos da oposição, numa corrida para o espelho, numa espécie de «Espelho meu, espelho meu, quem vai ser mais privilegiado do que eu na negociação e na conversação?», mas a resposta é mais simples do que parece.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, está ou não está de acordo com a baixa de impostos sobre quem trabalha?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não! Não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Deputado Filipe Sousa, estará ou não estará ao lado de um Governo que quer reforçar as autonomias regionais?

Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, concorda ou não concorda que devemos aumentar o complemento solidário para idosos?

Sr. Deputado Rui Tavares, não votará a favor do aumento de pensões?

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Claro que não!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Deputada Mariana Leitão, é capaz de dizer ao País que está contra o combate à burocracia?

Sr. Deputado Paulo Raimundo, é contra o aumento do salário mínimo?

Sr. Deputado José Luís Carneiro, estou certo de que até o Sr. Deputado, que ficará para a História como o pai da extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras,...

Protestos dos Deputados do PS Elza Pais e José Luís Carneiro.

... estou absolutamente convencido de que até o Sr. Deputado concordará com a mão firme do Governo no controlo por uma imigração responsável.

Por fim, Sr. Deputado André Ventura, até o Sr. Deputado, no dia em que tiver de dizer bem de alguma coisa para algum sentido de existência,...

Protestos de Deputados do CH.

... será incapaz de estar contra a descida do IRC, as alterações à Lei da Nacionalidade ou o combate à fraude nas prestações sociais.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A resposta é, pois, óbvia: o nosso chão comum são as soluções concretas para a vida dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Volto, portanto, à pergunta inicial: com quem vai governar o Governo? Numa palavra, o Governo vai governar com os portugueses, e eles não perdoarão a quem desperdiçar o seu esforço.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, termino dirigindo-me a si. Há um grande vencedor nestas eleições...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o Chega...!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e, se há um grande vencedor nestas eleições, é V. Ex.^a.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Na campanha eleitoral, o País cantou e consagrou: «Deixa o Luís trabalhar.» Agora é hora de fazermos o nosso País mudar.

Como já alguém escreveu: «Não sei, não sei como chegaremos ao final deste caminho. Mas sei porque caminhamos, é por Portugal e pelos portugueses.»

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala 5 minutos e não tem nada para dizer!

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado José Luís Carneiro pede a palavra para que efeito?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, é para a defesa da honra.

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Atendendo às circunstâncias especiais, tem 2 minutos para o efeito.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, entendo também, como o Sr. Deputado Hugo Soares fez questão de sublinhar no início da sua intervenção, que todo o rigor no uso do discurso público é absolutamente decisivo numa democracia qualificada e transparente. E fez bem, do meu ponto de vista, em ter afirmado que o Conselho da Europa emite relatórios sobre a corrupção, o que é, aliás, verdadeiro.

Mas não podia deixar passar o facto de se ter aqui afirmado que fui eu quem decidi sobre a extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Quem decidiu sobre a extinção do SEF foi o Parlamento, em novembro de 2021; eu assumi funções em março de 2022.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Mas quero deixar ficar uma palavra às portuguesas e aos portugueses: o País está mais seguro hoje do que estava na altura com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Aplausos do PS.

Risos do CH.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É que não está mesmo!

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, para poder prestar esclarecimentos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Devo dizer ao Sr. Presidente, à Câmara e ao Sr. Deputado José Luís Carneiro...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem o direito de usar da palavra precisamente em resposta ao pedido de defesa da honra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu nem tinha percebido, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Por isso é que lhe estou a dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu até tinha dúvidas sobre a figura regimental. Assim sendo, tanto melhor.

O Sr. **Presidente**: — Eu é que estou a auxiliá-lo para usar a figura regimental correta. O Sr. Deputado tem a palavra para prestar esclarecimentos relativamente à defesa da honra ora feita.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Assim sendo, tanto melhor, porque a primeira pergunta que ia fazer era precisamente sobre qual teria sido a figura regimental usada pelo Sr. Deputado José Luís Carneiro.

Mas, enfim, assim sendo, permito-me, nos 2 minutos que o Regimento me atribui, dizer ao Sr. Deputado José Luís Carneiro o seguinte: os debates parlamentares raramente têm — uma vez que andamos nas metáforas futebolísticas — prolongamento ou penáltis.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Agora a falar de futebol!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado quis ir aos penáltis, mas vai perder outra vez.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte: vou dar de barato que o Sr. Deputado não foi mesmo o pai da extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Devo dizer-lhe que se o Sr. Deputado tivesse orgulho na reforma que protagonizou como Ministro da Administração Interna assumiria aqui que era o pai.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora! Ora!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se tivesse sido eu, eu assumiria. Mas devo dizer-lhe, portanto, que, se o Sr. Deputado não quer assumir essa paternidade, tenho todo o gosto em estendê-la a todo o Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao membro do Governo que vai fazer o encerramento do debate, quero anunciar à Câmara que estão presentes 30 alunos e professores da Escola Secundária de Fonseca Benevides, de Lisboa, a assistir aos nossos trabalhos.

Aplausos gerais.

Tem agora a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Ministro Paulo Rangel, para fazer a intervenção final em nome do Governo. Dispõe de 30 minutos para o efeito, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Rangel): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} Ministras e Srs. Ministros, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Em pleno período pré-eleitoral, mais precisamente no dia 28 de abril, Portugal e os portugueses experimentaram um acontecimento disruptivo que ficou conhecido como apagão, «o apagão».

Essa disrupção teve um impacto generalizado, tendencialmente total ou, como agora se diz, holístico, visando todas as esferas da vida pública, social e privada. A paralisia da vida quotidiana e a afetação das suas dimensões mais críticas foi de tal monta que verdadeiramente marcou um antes e um depois. O apagão só foi superado por um recomeço ou, como se diria neste tempo sempre tão afinado aos anglicismos, foi preciso um *reset*, foi preciso um *restart*.

Só o *restart* alavancado pela central da Tapada do Outeiro e pela barragem do Castelo de Bode permitiu o fim do apagão, o regresso da eletricidade e o retomar, em pleno e em força, da vida normal.

O apagão decorreu de um choque externo imprevisto. Várias foram e são ainda as explicações para o apagão. Carecem, decerto, de mais investigação e estudo, mas, em termos simplistas, tem feito curso a explicação da ocorrência de uma sobrecarga, de uma sobretensão na rede, não devidamente equilibrada e estabilizada por falta de controlo e absorção das oscilações de tensão.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tudo isto sabemos, de tudo isto estamos cientes. Perguntam agora, justificadamente: a que título vem isto ao caso? Porquê, de novo, o apagão? Porque, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, nos últimos meses, Portugal não vivenciou apenas o apagão elétrico; nos últimos meses, Portugal experimentou também um apagão político.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Na votação da moção de confiança ao anterior Governo, uniram-se e convergiram duas fontes partidárias, o PS e o Chega, por sinal duas fontes só aparentemente renováveis, que pelo seu sobrepeso e pela sua sobrecarga deitaram o Governo abaixo e forçaram novas eleições, provocando o dito apagão político.

Aplausos do PSD.

Apagaram o XXIV Governo, interrompendo a sua dinâmica reformista contra a vontade manifesta do eleitorado e, bem assim, dos principais atores sociais e económicos. Este apagão político, com sérios prejuízos para o País, só pode ser superado por um recomeço, por um *reset*, por um *restart*. E esse *reset*, esse *restart*, foram as eleições de 18 de maio, perfaz-se hoje aqui, precisamente, um mês.

Aplausos do PSD.

Não tenham dúvidas: com uma maioria maior, com uma maioria clara, com a confiança inequívoca dos portugueses, com o mandato dos eleitores a todo o sistema partidário para assegurar a estabilidade, este Governo e o seu Primeiro-Ministro apresentam-se aqui com um novo ímpeto, com um novo fôlego, com uma nova garra, num verdadeiro recomeço, com uma vontade indómita e indomável de transformar Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sim, portuguesas e portugueses, estas eleições tornaram-nos mais fortes, mais determinados, mais convictos do sentido de urgência da sociedade portuguesa. Sim, dissemos em campanha: «Portugal não pode parar». Sim, dizemos agora: Portugal não pode esperar.

É verdade que com o apagão elétrico houve lições, muitas e substanciais a aprender. Basta pensar, por exemplo, na ativação do Alqueva e do Baixo Sabor como centrais de arranque automático, mantendo, e já não desativando, as duas atuais.

Pois bem, na alegoria do apagão político, houve e há lições a tirar e lições a aprender.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Para a AD e para o Governo, certamente, mas outrossim para a oposição, para todos os partidos da oposição.

E no debate de ontem já pudemos ver, ouvir e sentir isso. Vimos, ouvimos e sentimos no Chega, no PS, na Iniciativa Liberal, no PAN e no JPP, quiçá até com intermitências, no Livre, uma disponibilidade para — sem, naturalmente, abdicarem da sua identidade, posicionamento político e missão de escrutínio, fiscalização, e alternativa — cooperarem na construção da estabilidade e no desenvolvimento de políticas da Agenda Transformadora.

Essa disponibilidade responsável e de princípio, um efeito do recomeço, depois do apagão político, tem sido afirmada, reiteradamente, pelos dois maiores partidos da oposição. E, valha a verdade, ficou — apesar do calor retórico das discussões parlamentares — bem espelhada nas longas horas do debate de ontem. Mas, agora, não basta exigir ao Governo que cumpra e execute o que prometeu, que realize e concretize o programa votado pelos portugueses e votado neste Parlamento. Não, não basta. É necessário também que as oposições cumpram a sua palavra e se obriguem a provar, no Parlamento e fora dele, que querem mesmo fomentar e proteger a estabilidade, que estão à altura da responsabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O cumprimento do voto político de assegurar estabilidade e abertura à negociação de compromissos é uma responsabilidade das oposições que a ela se vincularam. É, aliás, uma decorrência quase meridiana da reconfiguração da correlação de forças políticas neste Hemiciclo. Ninguém compreenderá que a disposição de abertura dos dois maiores partidos da oposição desague, ou venha a desaguar, em comportamento irresponsável de puros votos pios ou votos vazios.

Esta exigência de abertura e responsabilidade que, legitimamente, os portugueses e nós, maioria e Governo, temos para com os dois maiores partidos da oposição, não desonera nem desobriga o Governo e a maioria de uma simétrica postura de responsabilidade, de abertura e de iniciativa. Sim, também a teremos e não a

enfeitaremos. Não apenas porque somos os partidos ao centro — hoje, aliança ao centro —, mas porque somos, hoje, algo que agora se divisa graficamente neste Hemiciclo: somos a aliança do meio, somos os partidos do meio, somos o partido do meio.

Esta é uma responsabilidade diretamente advinda da reconfiguração do sistema partidário. A AD é o movimento político do meio e esse é, agora, um dado político incontornável.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O sentido da responsabilidade e a garantia da estabilidade não se coadunam bem com pressas, com precipitações ou até com urgências, mas diante da atual conjuntura mundial, a estabilidade e a responsabilidade políticas são urgências nacionais.

Depois de três eleições em três anos e perante a volatilidade, a incerteza, a imprevisibilidade da vida internacional, a estabilidade e a responsabilidade são valores políticos urgentes, Portugal não pode esperar; Portugal não pode parar.

Portugal e o mundo vivem a situação geopolítica mais complexa desde a II Guerra Mundial. O novo conflito entre Israel e o Irão comporta riscos geopolíticos graves e múltiplos. Impõe-se garantir a máxima contenção às partes e o regresso à via das negociações para impedir o programa nuclear militar do Irão, que sempre condenámos, e que constitui, por si só,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — ... uma ameaça a todo o Médio Oriente, à existência de Israel e ao mundo em geral.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Este conflito, por mais grave que seja, não pode fazer esquecer a invasão russa da Ucrânia, que trouxe a guerra ao continente europeu e que é uma ameaça permanente à nossa segurança. Por isso, toda a solidariedade — política, militar, financeira e humanitária — com a Ucrânia é para continuar.

Aplausos do Deputado do PSD Paulo Neves.

E não pode, ainda, secundarizar a terrível catástrofe humanitária na Faixa de Gaza, com o intolerável bloqueio e condicionamento de ajuda humanitária por parte de Israel.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — O que é que fez o Governo?

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Exigimos a libertação imediata dos reféns de 7 de outubro e respeitamos o direito de defesa legítima de Israel, mas continuamos a condenar a manifesta desproporção da resposta em Gaza e a política de colonatos na Cisjordânia, recusando a exportação de armas ou material militar para Israel — e sublinho esta proibição, porque a parcialidade de muitos nesta Câmara a omite sistematicamente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Faça alguma coisa, não é só falar!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Continuamos a votar favoravelmente todas as resoluções da ONU (Organização das Nações Unidas) em prol dos dois Estados e da autodeterminação da Palestina, incluindo a ingressão como membro de pleno direito da ONU.

Protestos do Deputado do Livre Jorge Pinto.

Continuaremos as consultas com os nossos parceiros europeus quanto ao reconhecimento, aguardando com expectativa a conferência organizada pela França e pela Arábia Saudita, que deveria ter começado hoje, mas foi adiada, e da qual esperamos progressos significativos.

Preocupa-nos, igualmente, a situação dramática no Sudão, o conflito persistente nos Grandes Lagos, a instabilidade no Sahel.

Insistimos no nosso compromisso europeu, na frente económica e financeira, na defesa, na transição digital e ambiental, nas políticas de imigração e no apoio sem reservas ao alargamento da União. É preciso apoiar a União Europeia na sua luta contra o advento de uma guerra comercial, potenciando todos os acordos de comércio livre e, em especial, o acordo com o Mercosul.

Valorizamos a afirmação global da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), do Brasil a Timor-Leste, com a sua cimeira, este ano, na Guiné-Bissau. É imperativo saudar aqui os 50 anos de quatro independências africanas lusófonas: Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — É preciso apostar na comunidade ibero-americana, no reforço das relações económicas e culturais bilaterais com os Estados e mercados-chave da Ásia, da África e da América Latina. É preciso reafirmar a nossa vinculação fundadora à NATO (North Atlantic Treaty Organization), o cumprimento pontual dos objetivos de segurança e defesa e, nesse quadro, a valorização única das nossas Forças Armadas e do desenvolvimento da nossa indústria da defesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — No quadro atlântico, queremos fortalecer a relação bilateral com os dois aliados tradicionais, Estados Unidos da América e Reino Unido.

Toda a política externa estará orientada para o serviço às comunidades portuguesas, aos cidadãos espalhados pelo mundo, reforçando o ensino da língua e da cultura, criando redes de ligação a Portugal nos mais variados domínios — com destaque para o científico, económico e cultural — e incentivando a possibilidade de voltar; de voltar à terra.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nem por um segundo as incertezas da conjuntura internacional retiram ou diminuem o ânimo reformista deste Governo. Muito pelo contrário, é por sabermos que há sérias dificuldades e incertezas na frente externa que temos de reforçar e redobrar o nosso esforço e o nosso empenho na frente interna.

Vamos reformar o Estado, agilizá-lo. Em vez de um Estado flácido e gordo, queremos um Estado forte e elegante, a bem dizer, um Estado atlético.

Aplausos do PSD.

Vamos propiciar o crescimento. Vamos garantir a paz social, com a apreciação da situação dos trabalhadores públicos e privados. Vamos reabilitar a saúde e a educação em Portugal. Vamos controlar e regular a imigração. Vamos dar toda a prioridade à segurança. Vamos qualificar desde o ambiente à agricultura. Vamos dar aos portugueses uma justiça justa. Vamos relançar a mobilidade e mudar o panorama na habitação.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Balelas, balelas!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Vamos dignificar os idosos, as crianças, os jovens. Vamos pôr a cultura à disposição dos portugueses. Vamos relançar a defesa e a segurança externa. Vamos afirmar Portugal e os portugueses no mundo. Vamos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vamos fazer isso e vamos fazer muito mais, mas vamos fazê-lo, Sr. Deputado José Luís Carneiro, com boas contas e com contas certas.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Não vamos chamar-lhes, à maneira enviesada dos nossos antecessores, «contas certas», vamos chamar-lhes contas justas, porque elas são certas, mas não são cegas. Elas são justas. Elas estão de olhos abertos para as necessidades concretas das pessoas e para o Estado social.

Aplausos do PSD.

O XXIV Governo demonstrou que é possível ter boas contas sem descuidar e destruir o Estado social, na saúde, na educação, na justiça, na segurança social. É possível, é viável valorizar os profissionais de serviços públicos e manter boas contas, porque as nossas contas são certas, mas não são só certas; são muito mais do que certas, são contas justas. Justas são as nossas contas!

Aplausos do PSD.

As portuguesas e os portugueses sabem que saímos do inesperado apagão político com um novo começo, cheio de energia — de toda a sorte de energia — dada pelos eleitores no dia 18 de maio. Com o Primeiro-Ministro, este Governo e esta maioria estão cheios de alma, plenos de iniciativa, com sentido agudo da urgência e com sentido grave da responsabilidade.

Disse Lucas Pires,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Olha! Olha!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — ... um dos meus inspiradores de sempre, a quem tanto devo: «A via da iniciativa é a via da modernidade.» Urge ter iniciativa. Urge ter a iniciativa, urge modernizar o País, urge transformar Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar às votações.

Entretanto, aproveito para informar que estão também a assistir alunos da Escola Básica de Rua Direita, de Marco de Canaveses.

Aplausos gerais.

Pedia a todos os Srs. Deputados para fazerem o seu registo, chamando a atenção de quem está pela primeira vez a exercer estas funções para ter o computador e o sistema abertos para o efeito e carregar onde diz «Verificar» — estamos a verificar o quórum —, para saber se temos quórum para as votações que vamos efetuar.

Quem não conseguir registar-se, assinalá-lo-á, se faz favor, à Mesa ou aos serviços técnicos que estão também presentes na Sala para dar apoio e acompanhar os Srs. Deputados com alguma dificuldade que haja.

Algum dos Srs. Deputados ou Sr.^{as} Deputadas não conseguiu registar-se?

Pausa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Só falta o Deputado Pedro Nuno, Sr. Presidente. Estamos todos menos ele!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Onde é que está o Pedro Nuno?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rangel, não é assim? Já está registado? Tem a tolerância de quem está a exercer as funções pela primeira vez. Liberal, mas *non troppo*.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, temos de aguardar um bocadinho, porque ainda falta o Deputado Pedro Nuno.

Pausa.

Pronto, então posso fechar o registo, para fazermos a verificação de quantas Sr.^{as} Deputadas e quantos Srs. Deputados estão presentes.

Há 228 presenças, portanto, estamos em condições de proceder às votações, e pedia a atenção de todos para que decorram com a normalidade que se deseja.

A primeira votação será a da Moção de Rejeição do Programa do XXV Governo Constitucional n.º 1/XVII/1.^a (PCP).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP e do JPP, os votos a favor do L, do PCP e do BE e a abstenção do PAN.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

Desejo muito boa sorte ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Governo na execução do programa que acaba de passar na Assembleia, porque a boa sorte do Governo será seguramente a boa sorte de todos os portugueses.

Vamos prosseguir, então. Temos mais votações para fazer e a próxima é um projeto de voto de pesar. Por isso, como é um voto importante, pedia também a atenção da Câmara. Se os Srs. Membros do Governo desejarem sair, peço o favor de saírem antes de eu pôr o projeto de voto de pesar à votação.

Srs. Ministros e Sr.^{as} Ministras, Sr. Ministro Carlos Abreu Amorim, pedia o favor que desse indicação aos membros do Governo de que vamos prosseguir as votações, e a votação de um projeto de voto de pesar tem uma particular exigência de respeito.

Pausa.

Penso que já estão reunidas as condições e peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o Projeto de Voto n.º 11/XVII/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar em memória das vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande ocorridos em 17 de junho de 2017.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«No dia 17 de junho de 2017, Portugal viveu uma das maiores catástrofes da sua história recente, os incêndios florestais de Pedrógão Grande. As perdas de vidas e o sofrimento dos sobreviventes e respetivas famílias e amigos perduram em todas as pessoas que viveram diretamente esta tragédia, mas também na nossa memória coletiva.

Por resolução da Assembleia da República de 2019, o dia 17 de junho foi, aliás, consagrado como o Dia Nacional em Memória das Vítimas dos Incêndios Florestais.

Completando-se, em 2025, oito anos sobre a data de um dos mais devastadores incêndios de que há registo no País, evocamos este dia, dedicando-o à memória das muitas vítimas que perderam a vida em 2017, mas também a todos os homens, mulheres e crianças sobreviventes, que tantos anos depois continuam a sofrer sequelas físicas e psicológicas que os marcarão para sempre.

Prestamos ainda a nossa homenagem e reconhecimento a todas as mulheres e homens, em especial aos bombeiros, que, através do seu trabalho incansável, muitas vezes em condições-limite para a capacidade e resistência física e psicológica do ser humano, e quantas vezes arriscando a própria vida, tentaram minimizar os efeitos desta tragédia.

Uma palavra igualmente para toda a comunidade que, com os escassos meios e recursos de que dispunha no momento da tragédia, mas também depois, apoiou e continua a apoiar as vítimas. A este propósito, merece uma referência muito especial a Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, que tem vindo a desenvolver, ao longo destes anos, um trabalho louvável de apoio, solidariedade e defesa dos direitos das vítimas.

Assim, a Assembleia da República, reunida em Plenário, reitera o seu pesar para com todas as pessoas que perderam a vida e a sua solidariedade para com os sobreviventes, as famílias e toda a comunidade afetada pelo incêndio de Pedrógão Grande.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Prosseguimos com a votação do Projeto de Resolução n.º 13/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Alemanha.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 24/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Moçambique.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra da IL.

A Sr.ª Deputada Mariana Leitão pede a palavra. Faça favor.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, é só para informar que farei uma declaração de voto oral no final.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Agora, pedia a atenção da Câmara para a votação seguinte, porque é a primeira vez que uma situação assim vai ocorrer no Plenário.

Como sabem, resulta do facto de não ter sido possível obter o consenso, na Conferência de Líderes, quanto à distribuição dos lugares no Plenário, portanto, é inédita esta votação. Foi preciso criar um modelo para o efeito e ele passou pela apresentação, por parte do PAR, de um projeto de deliberação que era o que reunia a maioria na Conferência de Líderes, mas que teve oposição, nomeadamente do Livre e do Partido Comunista Português.

Portanto, segundo o que dispõem os artigos 154.º e 155.º do Regimento quanto às votações na especialidade e em Plenário, seguiu-se, por analogia, a mesma metodologia, que foi explicada a todos os grupos parlamentares pelo meu Gabinete. Isto significa que primeiro vamos votar a proposta de alteração que o Livre apresentou, em relação ao projeto de deliberação do PAR, seguindo aquilo que é normal nas discussões da especialidade, votações na especialidade e votação depois no Plenário e votação final global. Foi a analogia que foi tida como a mais adequada.

Portanto, o que vou colocar agora à votação é a proposta de alteração, apresentada pelo Livre, ao anexo do Projeto de Deliberação n.º 2/XVII/1.ª (PAR).

Está toda a gente a compreender bem?

Protestos do PS e contraprotestos do CH.

Srs. Deputados, se não quiserem ter respeito por outros, tenham pela Mesa, no sentido de que estamos a meio de uma votação.

Vou repetir: vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo Livre, ao anexo do Projeto de Deliberação n.º 2/XVII/1.ª (PAR).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP e abstenções da IL e do PAN.

A Sr.ª Deputada Paula Santos pede a palavra. Faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, peço desculpa, queria só perguntar como é que a Mesa registou o sentido de voto do PCP.

O Sr. **Presidente**: — O PCP foi contra.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — O PCP votou a favor.

O Sr. **Presidente**: — A favor, a favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Exatamente. Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Vou pôr agora à votação o Projeto de Deliberação n.º 2/XVII/1.ª (PAR) — Distribuição de lugares nas reuniões plenárias da XVII Legislatura, que, como disse, assentou na posição maioritária que na altura aconteceu na Conferência de Líderes.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP e as abstenções da IL e do PAN.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, para informar que vamos apresentar uma declaração de voto oral.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — No final das votações serão feitas as três declarações de voto.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, além da declaração de voto oral, gostaria de fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Neste momento, se for possível.

O Sr. **Presidente**: — Sobre a condução dos trabalhos? Faça favor. É possível, desde que seja sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sim, Sr. Presidente, tem exatamente a ver com a condução dos trabalhos e com a forma como estas propostas vieram à discussão, à votação, aliás, neste Plenário.

E, uma vez que a proposta que o Sr. Presidente trouxe à discussão foi a proposta que o PSD apresentou e que na Conferência de Líderes não era, de facto, a mais consensual,...

Protestos do PSD e do CH.

... o Sr. Presidente deveria ter apresentado como proposta do Presidente da Assembleia da República a proposta que veio inicialmente dos serviços e que o Livre trouxe, repescou, e que, na verdade, garantia uma melhor qualidade para todos os grupos parlamentares.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, como já lhe disse várias vezes, que estes lugares para nós são completamente inaceitáveis porque não nos permitem trabalhar. Portanto, quero anunciar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é ridículo!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, há dois momentos da sua intervenção que peço que respeite. Um é a interpelação à Mesa em relação ao que estava a dizer. O outro será objeto da declaração de voto, com certeza.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — E será, será!

O Sr. **Presidente**: — O que registo, o que sei, é que a Sr.^a Deputada — o Livre — entendia que não deveria ser um projeto de deliberação do PAR, mas sim apresentado o do PSD, que foi apresentado.

Registo essa indicação, aliás, como também já tive oportunidade de lhe referir pessoalmente, sendo que me limitei a trazer a deliberação — tal como tinha dito na Conferência de Líderes — que reunia o sentir maioritário, embora não fosse de consenso geral, razão pela qual estamos aqui.

Eu, na altura, disse que iria apresentar o projeto de deliberação com base nesse projeto dessa maioria que tinha expressado esse sentir na Conferência de Líderes. Portanto, foi isso.

Quanto a isso, aceito a interpelação. Quanto ao resto, peço que guarde para a declaração de voto.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — E guardarei, mas queria acrescentar ainda uma questão em relação à condução dos trabalhos. Sr. Presidente, queríamos comunicar-lhe também que prescindimos dos lugares na primeira fila até que o Grupo Parlamentar do Livre tenha condições para trabalhar como grupo parlamentar. Portanto, prescindimos dos lugares na primeira fila a partir das próximas sessões plenárias.

Protestos do PSD e do CH e contraprotestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, creio que quem está a assistir ao Plenário não está a perceber nada do que aqui se está a passar, portanto, pedia que a matéria fosse tratada também com a dignidade que merece.

O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra. É para uma interpelação à Mesa? Se for, que seja usada a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, mesmo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é nesse sentido, uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, como o Sr. Presidente disse, creio sinceramente que quem está lá em casa a acompanhar os trabalhos no Parlamento não está a perceber o que está aqui a acontecer. E eu sugeria, a bem do prestígio e da dignidade das instituições, que pudéssemos fazer esta discussão no recato da Conferência de Líderes.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Já passou!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Creio que sairíamos todos, designadamente o Livre, a ganhar.

O Sr. **Presidente**: — Está tomada a deliberação, foi votada, haverá declarações de voto no final das votações e haverá sempre a oportunidade de discutir o tema, quando assim se desejar.

Srs. Deputados, vou passar à última votação que temos para fazer.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, eu não queria repetir a votação, portanto, pedia o favor de terminarem.

Passamos à votação do Projeto de Deliberação n.º 3/XVII/1.ª (PAR) — Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado da IL e Vice-Presidente da Assembleia Rodrigo Saraiva. É para uma declaração de voto, não é?

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva. Tem 2 minutos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, a Iniciativa Liberal votou contra a viagem do Sr. Presidente da República a Moçambique.

Nós achamos que as relações com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) — e Moçambique, em particular — constituem, obviamente, uma prioridade da política externa portuguesa, devendo por isso ser cultivadas e aprofundadas.

Contudo, quando confrontada com princípios basilares do Estado de direito democrático como o respeito pelos direitos humanos, pela pluralidade de ideias e pela transparência, a política externa não pode ceder à *real politik*.

O Sr. Presidente da República é o primeiro representante do Estado, devendo obediência aos princípios constitucionais que dão esteio à nossa democracia. É praticamente o único político em Portugal que jura cumprir a Constituição. É, assim, um dever político e ético que Portugal e o seu primeiro representante não legitimem regimes autoritários com a sua presença oficial em celebrações desses regimes, independentemente da importância de preservar as relações bilaterais com os países e as populações que são reprimidos por esses regimes.

A Iniciativa Liberal não registou qualquer alteração substantiva do carácter repressivo e antidemocrático do regime moçambicano desde a ascensão de Daniel Chapo ao poder, não lhe restando alternativa senão votar contra a presença do Sr. Presidente da República na comemoração do 50.º Aniversário da Independência de Moçambique, — a qual, não obstante esta situação, nós saudamos, — em coerência com a nossa posição crítica desde as eleições fraudulentas de outubro de 2024 e a repressão violenta dos justos protestos populares que se seguiram.

Por isso, o nosso voto contra e razão pela qual não iremos na comitiva que irá acompanhar o Sr. Presidente a Moçambique.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Tem 2 minutos, faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, esta votação peculiar que teve lugar aqui, neste Plenário, não deveria ter acontecido. Deveria ter sido possível chegar a um consenso entre todos os grupos parlamentares para que, com a representatividade a que todos os grupos parlamentares têm direito na primeira fila e garantindo todas as condições de trabalho para todos os grupos parlamentares poderem trabalhar aqui, neste Plenário,

poderíamos ter chegado a esse consenso. Aliás, a proposta que veio inicialmente dos serviços tinha esse equilíbrio, que é sempre difícil, dos lugares do Plenário.

O PSD era claramente o partido com mais lugares no Plenário, mas achou que não era suficiente e que tinha de ter mais lugares, tinha de ter não sete, mas oito lugares no Plenário.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — São 89!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Qual é o problema? É que isso faz com que o meu grupo parlamentar esteja completamente desfasado; nós não conseguimos comunicar uns com os outros, não temos enquadramento e é uma clara desproporção entre partidos e grupos parlamentares.

Portanto, lamento que este processo tenha sido assim,...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e contraprotestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

... lamento, Sr. Presidente, que não se tenha chegado a este consenso e que o Sr. Presidente não tenha conseguido fazer valer o bom senso junto da bancada do PSD, que tenha adotado a proposta do PSD como proposta do Presidente da Assembleia da República e que tenhamos tido esta votação completamente escusada no Plenário.

O Livre quer garantir que todos os grupos parlamentares e todos os Deputados únicos têm as mesmas condições de trabalho e é isso que exigimos para nós próprios. Nesta votação, foi muito clara qual é a posição tanto do PSD, como do próprio Chega, que se advoga o maior partido da oposição,...

Vozes do CH: — Não advoga, é!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... mas que, na verdade, se subjugou à vontade do PSD em ter imensos lugares na primeira fila quando, na verdade, isso prejudica o trabalho parlamentar.

Portanto, da nossa parte, vamos continuar a exigir as condições de trabalho para que o Livre consiga fazer o trabalho para aquilo que foi eleito e para conseguirmos fazer o trabalho que nos foi confiado por tantos cidadãos e cidadãs.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Nós queremos é que vocês não tenham lugares!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Esta prepotência por parte do PSD não é de todo justificada num ambiente democrático e aqui na Sala do Plenário, e é muito mau sinal para esta sessão legislativa e para esta legislatura.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, só para dar também um esclarecimento, atendendo à intervenção da Sr.^a Deputada, vou ler, porque é importante perceber porque é que chegámos aqui, o artigo 68.º do nosso Regimento, que diz: «Os Deputados tomam lugar na Sala pela forma acordada entre o Presidente da Assembleia da República e os representantes dos grupos parlamentares.» Foi o que fiz, e a Sr.^a Deputada sabe,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — ... quer na Conferência de Líderes, quer na interação que tive com os grupos parlamentares. Não sendo possível obter esse acordo, o nosso Regimento diz: «Na falta de acordo, a Assembleia delibera.»

Isto é para que todas as pessoas que não estejam identificadas com este regime fiquem a saber que foi assim que se processou e estou a aplicar o que o Regimento diz que tem de ser aplicado. É só isso, para que não restem dúvidas quanto ao que também foi a intervenção do Presidente da Assembleia da República.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do PS. Tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, uso da palavra para uma declaração de voto, para explicar o sentido de voto do Partido Socialista num debate que muitas pessoas que nos acompanham em casa não estão a perceber.

Pela primeira vez, em 50 anos, não foi possível chegar a consenso quanto aos lugares no Hemiciclo.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Porque não cedem os vossos lugares?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Questão menor, provavelmente, mas ainda assim uma questão simbólica, relevante para a visibilidade dos grupos parlamentares e uma questão relevante para o funcionamento dos trabalhos e como cada grupo parlamentar tem capacidade de se organizar.

Fomos sensíveis aos argumentos apresentados pelo Livre quanto à sua posição relativa na Sala e lamentamos a razoável inflexibilidade, a rasar a arrogância, da parte do Partido Social Democrata,...

Protestos do CH.

... porque, pela primeira vez em 50 anos de democracia, terá oito lugares na fila da frente, ao contrário de todas as circunstâncias em que, mesmo com uma maioria absoluta em que tinha 140 Deputados, ou mesmo com maiorias absolutas do Partido Socialista em que tinha 120 ou 121, apenas se sentaram sempre sete Deputados da maior bancada parlamentar na fila da frente.

A exigência, a intransigência em sentar oito Srs. Deputados na fila da frente leva a que não seja possível fazer um arranjo harmonioso que salvasse os direitos e a capacidade de organização e intervenção de todos os grupos parlamentares, dificulta a possibilidade de os Deputados, quando usam da palavra, estarem enquadrados pelos Deputados dos seus próprios grupos parlamentares, torna os nossos trabalhos mais difíceis.

Fizemos vários apelos, apresentámos propostas alternativas, mas não tiveram eco e esbarraram sempre na inflexibilidade da maioria, maioria hoje respaldada, é verdade, também com a votação favorável do Chega na manutenção deste arranjo.

Lamentamos que assim tenha sido, lamentamos que o Sr. Presidente não tenha sido capaz de persuadir o Grupo Parlamentar do PSD a fazer o que todos os outros grupos parlamentares maioritários fizeram em 50 anos.

Protestos do PSD.

Portanto, queríamos apenas registar que lamentamos o facto de termos votado aquela proposta e não podíamos deixar de votar neste sentido, porque achamos que este arranjo, esta arrumação da Sala está longe de ser boa. É muito desagradável para quem tem de trabalhar na Câmara, pois não consegue ser ouvido e comunicar com os outros seus Deputados.

Aplausos do PS e do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Os telefones já chegaram à União Soviética?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, pedi a palavra para uma declaração de voto oral em relação a esta matéria para dizer que o Grupo Parlamentar do PCP votou favoravelmente a proposta apresentada pelo Livre e não a proposta apresentada pelo PAR porque é aquela que, de facto, no plano da organização e do funcionamento do Plenário, é a mais equilibrada, a mais adequada e que, ainda assim, permite a todos os grupos parlamentares a organização e o enquadramento adequados aos trabalhos da Assembleia da República.

Recordo, Sr. Presidente, que é a primeira vez que nos encontramos numa situação desta natureza.

Além disso, queremos referir a total intransigência por parte do PSD, com o Chega no bolso,...

Protestos do PSD e do CH.

... impedindo que se pudesse encontrar uma solução adequada para todos os grupos parlamentares.
Sr. Presidente, todos nós fomos eleitos e todos nós temos de ter condições de trabalho com dignidade...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... para podermos, no quadro do debate no Plenário da Assembleia da República, expressar a nossa posição, a nossa opinião, fazer o nosso trabalho, e isto não está a ser permitido pela forma como o Plenário está organizado e pela forma como foram distribuídos os lugares.

Não posso deixar de fazer uma última referência. Recordo outros momentos, noutras décadas, inclusivamente, em que houve várias maiorias absolutas e em que o número máximo de Deputados na primeira fila por parte desses partidos foi sete.

Foi assim quando o PSD teve maioria absoluta, foi assim quando o PS teve maioria absoluta e não houve nenhum problema, porque na primeira fila sempre esteve presente a representatividade de todos os grupos parlamentares, permitindo-se assim e sobretudo condições de trabalho, o que agora não está a ser assegurado.

Aplausos do PCP e do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, acho que mal vai o estado da democracia quando 230 alminhas — 230 Deputados eleitos com os impostos e pelo povo português, que nos está a pagar o salário — estão a discutir lugares do Plenário.

Protestos do L.

Em vez de estarmos a discutir a saúde, não, estamos a discutir lugares no Plenário; em vez de estarmos a discutir os problemas das forças de segurança, não, estamos a discutir lugares no Plenário;...

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Condições de trabalho! Condições de trabalho!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... em vez de estarmos a discutir os problemas da imigração — aliás, o Chega queria marcar um debate sobre isso para a próxima sexta-feira e os senhores preferiram fazer ponte e ficar de férias em casa —, não, estamos a discutir lugares no Plenário.

Aplausos do CH.

Portugueses, o Livre e a extrema-esquerda estão a discutir lugares no Plenário. Se um dia chegassem ao poder, imaginem os lugares que eles queriam distribuir entre eles todos!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi por isso que o povo português vos deu seis Deputados e a nós nos deu esta bancada.

Aplausos do CH.

Protestos do L.

A Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes diz que tem dificuldades de comunicação com os seus Deputados. Percebo que tenha dificuldades de comunicação: é que estão tão habituados a ser poucos que têm dificuldade em falar para os que estão sentados atrás. Imagine eu, o Deputado Hugo Soares ou o Deputado Pedro Delgado

Alves a querermos falar com o último Deputado das bancadas. Somos um partido grande e os Srs. Deputados estão habituados a ser um partido pequeno. Esta é que é a grande diferença.

Protestos do L.

Olhe, Sr.^a Deputada, tente comunicar por sinais de fumo ou alguma coisa assim desse género.

Risos do CH.

É ridículo, esta discussão é ridícula.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Ridícula?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já falámos na Conferência de Líderes, já discutimos na Conferência de Líderes e os senhores querem continuar aqui uma discussão que não vai ter fim.

Aplausos do CH.

Digo-lhe mais, Sr.^a Deputada: a isto chama-se democracia. É aceitar a democracia, é aceitar os votos desta Casa. Esta Casa votou, agora é aceitarem. É assim a democracia.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Não! Chama-se imposição! É diferente!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço para não se usarem expressões como «alminhas», etc., que não são respeitosas.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, para justificar o nosso sentido de voto, quero deixar claro que é evidente que os portugueses optaram por ter, mais uma vez, um Parlamento plural e representativo de diferentes forças políticas. Fomos todos diretamente eleitos para a Assembleia da República e todos devemos ter, por um lado, condições de trabalho e, por outro, uma consonância com aquele que é o nosso posicionamento ideológico.

Em relação ao posicionamento ideológico, desde o primeiro momento que o PAN demonstrou o seu desconforto por não estarmos ao centro do Parlamento, tendo em conta que não somos um partido nem de esquerda nem de direita, mas sim de centro progressista. Além dos esforços que foram feitos na Conferência de Líderes, houve, de facto, um esforço no sentido de não chutar os Deputados únicos para a terceira fila e respeitar a necessidade e as condições de trabalho mantendo-os na segunda fila.

Como a atividade político-partidária deve ser feita de esforços, de consensos e de conciliação, compreendemos a insatisfação do Livre e respeitamos essa posição, mas também compreendemos que foram feitos esforços em relação aos Deputados únicos, daí termos votado abstenção. Compreendemos, pois, a frustração que existe neste momento em relação à posição do Grupo Parlamentar do Livre.

No entanto, não podemos, evidentemente, deixar de demonstrar a nossa insatisfação em relação àquilo que é, de alguma forma, uma desorganização ideológica com estes lugares, mas respeitamos as maiorias parlamentares e, no demais, cá estaremos para trabalhar, que é para isso que também fomos eleitos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, não fazia mesmo intenção de voltar a este debate, mas, como é evidente, tendo a bancada do PSD sido diretamente atingida e falada pelos demais parlamentares, não queria deixar de dizer duas ou três coisas.

Primeira, o grupo parlamentar do PSD não tem mais lugares no Plenário, como disse a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do que os Deputados que elegeram. Não há nenhuma cadeira para nenhum Deputado do PSD que se desdobre em duas cadeiras. É bom que as pessoas percebam que os Deputados do PSD que se sentam neste Plenário são todos aqueles que foram eleitos pelos portugueses.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E os do Livre também!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quer continuar? Quer continuar? Se quiser continuar, eu sento-me, o Sr. Deputado pede a palavra e eu deixo-o falar do que quiser. Quer continuar?

O Sr. **Presidente**: — Não é o Sr. Deputado que deixa, eu é que poderei deixar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, temos mesmo um problema. É que, ainda há pouco, o Sr. Presidente pedia, e com razão, para que as bancadas pudessem fazer silêncio e até, mais uma vez, invetivou-me diretamente e eu estava só a fazer sinal para que pudéssemos falar ao telefone.

É que este é o ponto principal. Eu também gostaria, de acordo com aquela que foi sempre a tradição do PSD, de ocupar toda esta bancada, mas não foi possível. Eu gostaria que o Chega tivesse menos Deputados, que o CDS estivesse noutra bancada, que a Iniciativa Liberal não estivesse aqui e que esta fosse apenas a bancada do PSD. Ou alguém acha que eu tenho as condições de trabalho que gostaria de ter, com Deputados do PSD a ser atravessados por um corredor na primeira fila? É evidente que também não tenho as condições ideais.

Aquilo que quero transmitir às Sr.^{as} e Srs. Deputados e ao País, que é o que realmente importa, é o seguinte: fizemos um esforço, todos, para corresponder aos anseios dos Deputados únicos e dos demais grupos parlamentares. Onde é que o PSD não cedeu? Vou dizer ao País e vou repetir ao Livre: o PSD não cedeu ao Livre onde o Livre queria ganhar à custa do PSD. A isso o PSD nunca cederá. Nunca!

Aplausos do PSD.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma última declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, que dispõe de 2 minutos, mas não está obrigado a gastá-los.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não vou gastar o tempo todo. Esta questão é tão ridícula que não tenho nada, rigorosamente nada, para acrescentar.

Protestos do CH e do L.

A maioria decidiu, está decidido!

Apenas faço um apelo ao Livre: prescindam definitivamente dos lugares que tem na primeira fila. Sejam coerentes e prescindam já hoje, definitivamente, dos dois lugares e acabemos com este espetáculo deplorável.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acabaram as declarações de voto.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa para distribuição de documentos.

Vozes do PSD, do CH e do CDS-PP: — Ah!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, distribuição de que documentos?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Livre enviará à Mesa, para distribuição à Câmara, duas notícias de jornal: uma sobre protestos do Chega relativos à distribuição de lugares na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, e outra sobre...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, fá-las-á chegar, mas isso não é uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É para distribuição de documentos.

O Sr. **Presidente**: — Não é sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Uma distribuição de documentos ao Plenário não tem a ver com os trabalhos da Câmara? Seria a primeira vez, inédito na história deste Parlamento, que uma distribuição de documentos não teria a ver com os trabalhos do Plenário.

Aliás, eu já teria terminado a intervenção se pudesse chegar até ao fim,...

O Sr. **Presidente**: — Então, termine, Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... porque também é usual a Mesa...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Livre nem tem lugares na Madeira e nos Açores!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, deixe o Sr. Deputado acabar. Queira prosseguir, Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Até porque é usual a Mesa avaliar a intervenção que se fez não no meio dela, mas no fim; pelo menos, tem sido assim com todos os grupos parlamentares, exceto o do Livre.

Protestos do CH.

Pedimos, então, para distribuir dois documentos à Câmara: um com protestos do Chega em relação à Assembleia Legislativa Regional da Madeira e outro com protestos do CDS em relação ao seu lugar de acesso a este mesmo Hemiciclo. Na altura, aparentemente, não era ridículo.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não trouxemos esse assunto para aqui!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Quando um grupo parlamentar merece o respeito de estar sentado como grupo parlamentar e é exigido o mesmo respeito, aí passou a ser ridículo.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado fará chegar esses documentos e não uma segunda declaração de voto. A lealdade institucional é para os dois lados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Lealdade, zero!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria dizer que há uma grande diferença relativamente àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado do Livre. É que o CDS, na altura, não gostou, mas não teve a iniciativa de trazer isso para debate no Plenário.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, isso não é sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Acatou, aceitou a decisão maioritária e democrática, ao contrário de V. Ex.^a, Sr. Deputado.

Aplausos do CDS-PP e do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente**: — É difícil ao Presidente da Assembleia estar a fazer a compreensão do uso correto da figura regimental quando está a tentar apreender, pelo início da mesma, se é ou não é um uso devido.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos ao debate!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos ao debate, mas não é por causa do Presidente que não estamos no debate.

Tenho de dar o mesmo direito a todos de poderem fazer as suas declarações de voto e o uso das figuras regimentais. Os Srs. Deputados têm é de o fazer com lealdade e usarem as figuras regimentais para o efeito que elas estão criadas e, às vezes, não o fazem.

Sr. Deputado Rui Tavares, não faço discriminação em relação a nenhum grupo parlamentar.

Srs. Deputados, vamos passar ao ponto seguinte, mas antes disso vou dar a palavra...

Apartes inaudíveis.

Não ando depressa, eu ando com o tempo que os Srs. Deputados permitem. Não vou atropelar quem quer falar, não vou deixar não falar quem quer falar, pelo que ando mais depressa ou mais devagar conforme os Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, para os devidos efeitos, uma vez que o sistema não registou, queria deixar expresso o meu voto contra a moção de rejeição do Programa do Governo.

O Sr. **Presidente**: — E o mesmo em relação ao meu voto, que também não ficou registado.

Srs. Deputados, vamos entrar no terceiro ponto da nossa ordem do dia, que consiste no debate preparatório do Conselho Europeu Especial, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Para a intervenção inicial, vou dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A agenda da próxima reunião do Conselho Europeu reflete a exigência e a diversidade dos desafios colocados pelo atual contexto geopolítico, tanto no plano interno como no plano externo. Com um pano de fundo que tem o objetivo de termos uma Europa mais competitiva, mais segura e mais autónoma no centro das prioridades, vou destacar alguns dos temas centrais desta reunião.

Em primeiro lugar, está precisamente o reforço da competitividade e da autonomia estratégica europeia.

Num plano interno, temos a continuação do aprofundamento do mercado único, alavancando os nossos fatores de competitividade e promovendo um ambiente mais favorável ao investimento e ao crescimento das empresas.

Necessitamos de uma aposta ainda maior na inovação, na investigação, no desenvolvimento tecnológico, na qualificação dos trabalhadores e também temos, por uma vez, de completar o mercado europeu de energia,

sem o qual as nossas empresas continuarão a ter dificuldade em poder concorrer em condições de igualdade nos mercados internacionais.

Por outro lado, na Europa, como em Portugal, é prioritário diminuir a burocracia, o excesso de regulamentação e todos os aspetos que acabam por ser impeditivos de maior competitividade económica também no nosso espaço europeu.

Em segundo lugar, e num plano externo, temos vindo a assinalar, e assim o faremos mais uma vez, a necessidade de termos maior capacidade exportadora em toda a União e, para isso, é preciso também diversificarmos os mercados para os quais podemos exportar.

É, a nosso ver, inconcebível que se continue sem implementar o acordo alcançado entre a União Europeia e o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e é uma boa estratégia aquela que tem vindo a ser seguida de reforço das parcerias com outros parceiros comerciais, como o Canadá, o Japão, a própria China, com regiões estratégicas em África, na América Latina ou nas Caraíbas.

Também é importante — como, aliás, o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros acabou de assinalar no encerramento do debate do Programa do Governo — continuarmos a estreitar os nossos laços com parceiros históricos como os Estados Unidos da América e o Reino Unido.

Neste Conselho, Sr.^{as} e Srs. Deputados, continuaremos a debater e a aprofundar o tema da segurança e defesa europeia. Bem sabemos que esta reunião vai ocorrer precisamente nos dias seguintes à realização da cimeira da NATO que decorrerá em Haia, na qual participaremos também e onde assumiremos de forma formal o objetivo de atingir 2 % do nosso PIB em investimento na área da defesa, estando à altura das responsabilidades e dos compromissos que assumimos ao longo dos anos e que se tornam neste momento ainda mais prementes.

Como já tive ocasião de dizer à Câmara ontem, investir na defesa hoje deve ser encarado como um meio de salvaguardar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e salvaguardar também a nossa soberania económica.

Quero dizer-vos, ainda neste âmbito da segurança e defesa, que o Conselho, uma vez mais, reiterará o apoio incondicional à Ucrânia e ao seu posicionamento num contexto em que se procura alcançar uma paz duradoura e uma paz justa, que só pode ser alcançada com a Ucrânia e com a Europa.

Também no plano das migrações, faremos um ponto de situação sobre o cumprimento do Pacto Europeu de Migração e Asilo e não deixaremos de tratar — como o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros também aqui já sinalizou — a forma como, na Europa, vemos a evolução da situação em Gaza e em todo o Médio Oriente, situação agudizada com o conflito entre Israel e o Irão.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este é, portanto, um Conselho Europeu importante, que entendemos que pode projetar uma Europa mais competitiva, uma Europa mais aberta, uma Europa mais unida e uma Europa que possa ter maior capacidade de influência no panorama internacional, salvaguardando os princípios que estão precisamente na génese deste projeto — a paz e a prosperidade e, por via disso, a justiça social.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, começo pela última parte da sua intervenção e tem a ver com o valor fundacional da nossa União Europeia, que é a garantia da paz.

Estamos num ponto internacional em que as ameaças e os conflitos estão a eclodir e a ampliar-se e são, naturalmente também para a Europa, motivo de preocupação em relação à estabilidade e à paz que procuramos sempre garantir.

Neste sentido, a Europa, face a esta inconstância, está a trabalhar mais afincadamente na sua autonomia estratégica, está a procurar novos mercados. Falou, e bem, no Mercosul, um acordo essencial, ao qual juntaria, se me permite, a nossa relação privilegiada com toda a comunidade lusófona.

E sabemos que Portugal, através das suas PME (pequenas e médias empresas) e através de si, deverá encontrar esta oportunidade de transformar a dificuldade da inconstância internacional numa oportunidade de

abertura de novos mercados, a que certamente se junta o pacote que ontem o Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial bem referiu de apoio à internacionalização, principalmente das nossas PME.

Portanto, nesta área empresarial, vemos com grande esperança a sua intervenção para conseguirmos firmar a autonomia estratégica do País.

Não posso deixar de falar num quadro fundamental que estará em cima da mesa, quer na discussão no Conselho Europeu, quer na cimeira da NATO em Haia, que tem a ver com a nossa posição geoestratégica, euroatlântica em particular, que é trazida ao País pela posição dos Açores e pela Base das Lajes, que tem um pendor aéreo.

Mas gostava também de trazer à discussão e suscitar a possibilidade de V. Ex.^a, quer na cimeira da NATO, quer no próprio Conselho Europeu, estar munido de uma eventual possibilidade de os Açores, para além da dimensão aérea, poderem vir a constituir uma base naval de excelência, porque o País tem 1 milhão de quilómetros quadrados em plena zona económica exclusiva e 57 % da zona económica exclusiva é nos Açores.

A batalha pelo controlo do Atlântico é determinante em matéria económica, em matéria de defesa e é um ativo que só o Sr. Primeiro-Ministro, em nome de Portugal, pode aportar à segurança europeia e à organização de segurança para o Atlântico Norte.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para o mesmo efeito, o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, do PSD, que dispõe de 2 minutos e 23 segundos.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados, hoje, na União Europeia e em Portugal, um dos nossos desígnios é, sem dúvida, a competitividade económica.

A recente proposta da Comissão Europeia sobre a revisão intercalar da política de coesão para o período de 2021-2027 é extremamente importante, reforça o apoio à competitividade e é um bom exemplo do caminho que temos de continuar a fazer na União Europeia. Daí a importância de acelerar a execução dos fundos comunitários em Portugal, em especial do PRR.

Sr. Primeiro-Ministro, é nosso entendimento que o apoio à competitividade tem também de passar pela simplificação da regulamentação, pela desburocratização e pela redução de encargos, essenciais para facilitar a atividade empresarial, promover a prosperidade da União, das empresas e das pessoas.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Mas a complexidade regulamentar continua a constituir um obstáculo importante ao investimento de longo prazo, e quem o diz são mais de dois terços dos empresários.

Também a diversidade e a morosidade dos procedimentos administrativos em toda a Europa constituem um obstáculo ao investimento, sendo necessário envidar esforços de simplificação ao nível da União e dos Estados-Membros.

Sr. Primeiro-Ministro, os Estados-Membros e Portugal, sem exceção, têm igualmente a responsabilidade de contribuir para os esforços de simplificação através de reformas legislativas e administrativas, no sentido de reduzir a complexidade e a burocracia e melhorar os instrumentos regulamentares.

Relembramos que mais de 45 % dos cidadãos consideram que a Administração Pública no seu país é complexa, onerosa e morosa. Portugal e os portugueses não são exceção.

Sr. Primeiro-Ministro, a competitividade na União Europeia dependerá de dois eixos fundamentais: a simplificação administrativa e o aprofundamento do mercado interno.

Sr. Primeiro-Ministro, a nível nacional, o Governo deverá certamente alinhar a sua agenda interna com as prioridades europeias. Aliás, a reforma do Estado que o Governo apresentou, e bem, no seu programa hoje aprovado, e que a oposição tanto critica só por criticar, porque não tem uma ideia de que Estado o País precisa, demonstra esse alinhamento, que saudamos.

Ambas as agendas reconhecem a melhoria do ambiente regulatório e a simplificação administrativa como essenciais para atrair investimento e impulsionar a produtividade. Nesse sentido, quais considera serem as prioridades e as medidas mais urgentes do Governo neste domínio?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Deputados Paulo Moniz e Ricardo Carvalho, agradeço as vossas questões.

Começaria pela parte económica. De facto, não podemos estar a eternizar as nossas discussões também a nível europeu. Estamos num momento em que precisamos cada vez mais de passar à prática.

Precisamos de passar à prática, como os Srs. Deputados assinalaram, do ponto de vista dos procedimentos, simplificando os procedimentos, simplificando a regulamentação, não onerando os agentes económicos e também os agentes políticos e administrativos com excesso de regras que são muitas vezes redundantes, que são muitas vezes perfeitamente evitáveis, que induzem os investidores em dificuldades em vez de induzirem os investidores em incentivos para promoverem os seus investimentos.

E esse é um caminho em que os Governos de todos os Estados-Membros devem assumir parte da responsabilidade, e nós em Portugal assumimos a nossa, como também os Srs. Deputados destacaram.

É verdade que a nível europeu há hoje, por parte da Comissão e da sua Presidente, uma sensibilidade acrescida neste domínio e uma vontade muito significativa de alterar este contexto. Mas não é fácil. Uma das primeiras dificuldades é que aqueles que têm de protagonizar a simplificação e tirar a complexidade da regulamentação são os mesmos que a fizeram. Portanto, é um pouco complexo, muitas vezes, que aqueles que estiveram na origem da criação das regras sejam agora os protagonistas de um edifício jurídico menos complexo e, portanto, mais simplificado.

Mas é um desafio que a Europa e a Comissão têm de vencer e para o qual os Governos têm sido muito insistentes, e o Governo português é, de facto, daqueles que mais tem reiterado essa posição.

As pequenas e médias empresas terão uma nova oportunidade se simultaneamente tiverem menos custos de contexto, procedimentos mais ágeis e também mais fontes e mais igualdade de financiamento.

Por isso, devemos ligar este processo de simplificação ao processo de conclusão da União Bancária, da União dos Mercados de Capitais, da capacidade de as empresas encontrarem fontes de financiamento que sejam competitivas para poderem ombrear nos mercados internacionais com as empresas dos outros blocos comerciais com as quais têm de se confrontar.

Depois, também há a componente de diversificação dos mercados. A Europa não pode estar tão dependente como está de alguns mercados específicos. A Europa tem um mercado interno que é significativo, é o maior, e deve utilizá-lo nas suas vantagens económicas competitivas, mas deve também procurar ter o maior número de parceiros comerciais com o maior número de oportunidades. Por isso, temos insistido na necessidade de celebrar acordos de comércio, de estreitar relações económicas com todos os espaços, mas temos de dar o exemplo.

Foco muitas vezes o exemplo do acordo da União Europeia com o Mercosul porque foi um acordo que demorou 25 anos a negociar e que abre um espaço comercial com mais de 700 milhões de consumidores, em que a Europa tem a vantagem de poder exigir, com base no acordo, reciprocidade nas regras aplicáveis às empresas de um lado e do outro do Atlântico.

E damos um mau exemplo se não conseguirmos implementar o acordo que nós próprios negociámos. É algo que enfraquece a nossa economia e a nossa posição como bloco, se não formos consequentes com aquilo que nós próprios defendemos.

Depois, Sr. Deputado Paulo Moniz, relativamente à defesa e ao posicionamento geoestratégico que temos, enquanto país como um todo e com as nossas regiões autónomas em particular — e os Açores, que focou —, ontem não tive tempo, mas deixe-me dizer-lhe que recentemente participei na cimeira dos oceanos, promovida pelas Nações Unidas, onde Portugal teve e tem um papel destacado porque, para além de todas as oportunidades económicas, somos um exemplo na proteção ambiental e na conciliação entre a projeção e sustentabilidade com o desenvolvimento económico, sendo os Açores o melhor exemplo da criação de zonas marítimas protegidas, que são pioneiras à escala global.

Portanto, estou de acordo consigo e continuaremos a privilegiar a questão marítima e aérea como...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Chega.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Conselho Europeu reunir-se-á num contexto de turbulência internacional. Nesta tormenta geopolítica de conflitos e ameaças tão visíveis à segurança e à prosperidade do velho continente, parece essencial que os Estados-Membros estejam à altura da situação.

Este não é o tempo da pequena política, mas antes da grande estratégia. O Chega entende necessária a diversificação de parcerias. Não poderia ser de outra forma quando comércio e cadeias globais de abastecimento parecem depender cada vez mais da vontade da política e das armas.

Todavia, a implementação desses objetivos não se pode fazer por via de acordos de comércio livre que deixem os produtores portugueses e europeus em desvantagem competitiva perante blocos com regulamentação muito menos asfixiante e fatores de produção e de mão de obra muito mais baratos.

Assim, é necessário saber que soluções proporá o Governo para proteger os nossos produtores dos efeitos nefastos, por exemplo, do acordo com o Mercosul e, através dele, da abertura dos mercados europeus a produtos mais baratos, produzidos em condições de muito menor exigência regulatória.

Pergunto ainda, considerando a obsessão da Sr.^a Von der Leyen com a transição energética, que este Governo tão entusiasticamente acompanha, ou um possível cenário, por exemplo, do encerramento do Golfo Pérsico pelo Irão, o que vai propor que a União faça para estabilizar os já elevadíssimos preços da energia e proteger assim os consumidores e empresas europeias?

Termino com uma questão não menos relevante. Desde a sua entrada, Portugal beneficiou de mais de 150 mil milhões de euros em apoios. Porém, depois de 2027, poderá deixar de ser assim, em grande parte devido ao potencial, por si tão festejado, alargamento da União Europeia. Deveremos, no mínimo, perder fundos substanciais. Sr. Primeiro-Ministro, como propõe o Governo encarar esse novo e pesadíssimo fardo financeiro, se não, como sempre, à custa dos contribuintes?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, no âmbito da soberania económica, o Chega defende a soberania de Portugal no seu mar, tal como diz a Convenção de Montego Bay de 1982, recusando a alienação dos nossos direitos sobre o nosso mar territorial, sobre a nossa zona económica exclusiva e uma futura extensão da plataforma continental em favor da União.

O Sr. Primeiro-Ministro, como disse, esteve na conferência da ONU sobre os oceanos, decorrida em Nice, e nessa conferência afirmou, e cito: «Temos a responsabilidade de dizer ao mundo que a natureza não é propriedade de ninguém. É propriedade de todos.» Não, Sr. Primeiro-Ministro, a nossa zona económica exclusiva não é de todos. Pergunto: o que vai fazer para defender efetivamente os interesses de Portugal e a nossa zona económica exclusiva, nestes anos de tempestade geopolítica e de transformação da ordem global?

Sr. Primeiro-Ministro e também líder da AD, o seu candidato à presidência, Marques Mendes, apareceu, há dias, de forma infeliz, com uma séria ausência de sentido de Estado, condenando o ataque de Israel ao Irão como desnecessário e como servindo apenas para desviar as atenções do que se passa em Gaza. O que se passa em Gaza é grave e humanitariamente um assunto de urgência máxima. Mas, depois de o regime iraniano ter rejeitado as inspeções da Agência Internacional de Energia Atómica, depois de o Irão ter reiteradamente ignorado os pedidos para a assinatura de um novo acordo nuclear com os Estados Unidos, depois de ter conseguido o enriquecimento de urânio suficiente para nove bombas atómicas e ter alcançado a capacidade de as produzir em menos de um ano — possivelmente até antes, entre seis a oito meses —, enquanto aliados na América e na Europa defendem o direito à defesa de Israel, Sr. Primeiro-Ministro, qual vai ser a sua posição no

Conselho Europeu, afinal? Qual vai ser a posição de Portugal para o Médio Oriente no xadrez da diplomacia mundial?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro dispõe de 4 minutos e 30 segundos para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, Sr. Deputado Pedro Correia, também agradeço as vossas questões.

O Chega tem sido recorrente a colocar em cima da mesa as suas dúvidas, reservas, para não dizer mesmo a sua oposição ao acordo da União Europeia com o Mercosul. A minha perceção é que os Srs. Deputados não estão a ver bem o alcance deste acordo, porque aquilo que acabam por argumentar é precisamente o objeto do acordo.

Ou seja, é verdade que precisamos de ter igualdade de tratamento, reciprocidade de regime relativamente aos nossos produtores, nomeadamente agrícolas, sobre regras ambientais, sobre regras de procedimento, sobre regras comerciais, e é precisamente isso que o acordo entre a União Europeia e o Mercosul garante e salvaguarda. Sem acordo, que é a situação que temos hoje, estamos expostos a receber efetivamente os produtos provindos daquele espaço sem que haja esse controlo, sem que haja a possibilidade de exigência da reciprocidade das regras que esse espaço aplica e nós aplicamos aos nossos produtores.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Exato!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, creio que a Europa deve fazer essa reflexão com profundidade, nomeadamente os países que têm apresentado mais resistências: a Itália e sobretudo a França. E tive já ocasião de dizer ao presidente francês que me parece que também estão a ver mal o ângulo com que olham este acordo. Não estou a dizer que o acordo é perfeito. Nenhum acordo, ainda por cima este, que demorou 25 anos a negociar, pode ser 100 % satisfatório. Não será. Mas, no essencial, naquilo que é o objeto, a trave-mestra do acordo, ele precisamente visa proteger, dentro do mercado livre entre estes dois espaços, a igualdade de tratamento e de oportunidades.

É por isso que devemos estar atentos, devemos obviamente colocar uma ou outra norma que possa ser mais penalizadora em cima da mesa, mas, no essencial, se não tivermos a coragem de o implementar, vamos expor o nosso mercado àquilo que é a situação de hoje. E a situação de hoje é que vemos várias vezes as nossas prateleiras nos mercados e nos supermercados invadidas por produtos que vêm daquela região e que não têm, efetivamente, o controlo que os nossos produtores têm nas suas atividades.

Relativamente à questão energética, estamos atentos e temos de ir gerindo a situação da sua evolução nos mercados internacionais, mas a nossa estratégia é uma estratégia de caminharmos para maior autonomia, maior soberania neste domínio. Por isso, temos, de facto, sido porta-vozes da necessidade de continuarmos a estimular a capacidade produtiva na Europa — no caso português, muito alicerçada nas energias renováveis, não apenas por elas serem renováveis, mas porque é uma potencialidade que nós temos: temos vento, temos mar, temos sol, temos água, temos fontes de energia renovável, portanto, podemos juntar a nossa capacidade de gerar energia amiga do ambiente com a capacidade económica da própria produção energética. É isso que queremos fazer, como disse há pouco na intervenção inicial, potenciando um mercado europeu que possa estar interligado e que nos possa oferecer maior capacidade de autonomia para não estarmos sujeitos precisamente às oscilações que vêm da situação geopolítica.

Quanto à questão da zona económica exclusiva, uma coisa é defendermos intransigentemente a nossa zona económica exclusiva; outra coisa é dizer, como eu disse e reafirmo, que a natureza, a proteção ambiental, é propriedade de todos. É mesmo! Porque aquilo que acontece noutros espaços geográficos influencia a nossa vida e influencia a própria natureza do nosso espaço territorial, e aquilo que fizemos também influencia a natureza e o espaço territorial dos outros. Se não tivermos esta visão do mundo, não vamos conseguir ter sustentabilidade, não vamos conseguir legar às futuras gerações um mundo capaz de enfrentar, por exemplo, os efeitos das alterações climáticas e outros desafios.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista, que dispõe de 4 minutos e 30 segundos.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a reunião do Conselho Europeu dos próximos dias 26 e 27 de junho continuará a exigir uma abordagem comum por parte dos Estados-Membros da União Europeia: construir uma Europa mais competitiva, segura e autónoma e afirmar a União Europeia como um ator global eficaz.

A agressão russa à Ucrânia permanece a maior ameaça à paz no nosso continente. Portugal deve, como tem feito, renovar um apoio firme e inequívoco ao povo ucraniano, na defesa da sua soberania e da sua liberdade, dando suporte a Kiev tanto no apoio humanitário como na ajuda militar, até que uma paz justa, abrangente e duradoura seja alcançada e a reconstrução do país devidamente assegurada.

Sem desconsiderar os desenvolvimentos militares recentes dos últimos dias, que são suscetíveis de provocar um conflito regional alargado, não podemos ignorar a situação dramática vivida, em particular na Faixa de Gaza. Como membro responsável da comunidade internacional, Portugal deve assumir sem hesitação a defesa do reconhecimento do Estado da Palestina. Por isso, renovamos hoje esse apelo e seria importante ouvir do Sr. Primeiro-Ministro uma palavra a esse respeito.

No PS, estamos convencidos de que o reconhecimento do Estado da Palestina será um contributo real para a viabilidade da solução de dois Estados, devolvendo esperança tanto ao povo palestino como ao povo de Israel no que diz respeito à sua própria segurança.

Sr. Primeiro-Ministro, os choques geopolíticos recentes demonstram que a Europa tem de reforçar a sua segurança coletiva e a capacidade de defesa. Estão em curso, como é sabido, passos históricos para construir a Europa da defesa e devemos manter esse rumo sem vacilar. Precisamos de continuar a reforçar as capacidades militares conjuntas, fortalecer a indústria europeia de defesa e aumentar o investimento partilhado em segurança. As ameaças atuais tornam urgente garantir a prontidão da defesa europeia e esse caminho é, naturalmente, acompanhado por nós, no Partido Socialista.

Num cenário internacional em rápida mudança, a União Europeia deve afirmar-se cada vez mais como potência de paz, desenvolvimento e estabilização. As relações com os diferentes parceiros globais devem ser intensificadas, promovendo o multilateralismo e a diplomacia ativa na resolução de conflitos e a luta contra as ameaças comuns.

É também necessário debater o papel internacional do euro enquanto moeda de referência, reduzindo ou mitigando vulnerabilidades externas e aprofundando a autonomia financeira europeia, um tema que estará cada vez mais na agenda política da União.

Sr. Primeiro-Ministro, a prosperidade económica da Europa anda de mãos dadas com a sua capacidade de competir num mundo cada vez mais volátil, incerto, complexo e ambíguo. Para proteger o nosso modelo social e criar oportunidades de emprego de qualidade, a Europa precisa de explorar novos mercados, designadamente no âmbito do tratado com o Mercosul, de aprofundar o mercado único, que tem ainda muitos obstáculos que é necessário eliminar, e também de acelerar a dupla transição verde e digital, fomentando a inovação e a resiliência industrial.

Mas o crescimento, Sr. Primeiro-Ministro, não pode ser um fim em si mesmo. Ele deve traduzir-se em coesão social e convergência real entre países e regiões da União Europeia. Competitividade, sim, mas ao serviço do bem-estar de todos os cidadãos e do desenvolvimento equilibrado do espaço europeu.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, perante todos estes desafios, da guerra à crise humanitária, da defesa comum à economia global, da inovação aos fluxos migratórios, a resposta de Portugal só pode ser uma, 40 anos depois da subscrição do Tratado de Adesão: mais Europa, sempre mais Europa, mas também melhor Europa, sempre melhor Europa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Torres, agradeço as questões que coloca e aproveito para dar alguns elementos sobre a posição do Governo e o que temos feito relativamente à questão da Palestina.

Sabe que a posição do anterior e do atual Governo tem sido a de manter uma avaliação permanente sobre a possibilidade do reconhecimento do Estado da Palestina, num contexto em que a nossa filosofia — que, aliás, vem dos Governos anteriores — é a do reconhecimento dos dois Estados.

Durante este ano e dois meses de exercício de funções, já tivemos ocasião de votar a favor da admissão da Palestina como membro permanente de pleno direito nas Nações Unidas; já decidimos proibir a exportação de armas para Israel, coisa que não tinha sido feita pelos Governos que nos antecederam; condenámos os atentados de 7 de outubro, exigindo a libertação dos reféns do Hamas e o reconhecimento do direito à legítima defesa de Israel; condenámos a expansão dos colonatos e expusemos a nossa preocupação com a situação na Cisjordânia; condenámos o uso excessivo da força em Gaza, defendendo sempre um cessar-fogo imediato e a denúncia da catástrofe humanitária que se vive e que é, de facto, inaceitável.

Além disso, criticámos a posição do Governo israelita — coisa que, aliás, fiz também no âmbito do Conselho Europeu — de declarar o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, *persona non grata*; apoiámos sempre todos os esforços diplomáticos para que se pudesse alcançar um cessar-fogo duradouro e se pudesse abrir caminho para a solução dos dois Estados; e estivemos com uma proposta na União Europeia, juntamente com a Grécia e a Dinamarca, para um reforço do apoio à capacitação da Autoridade Palestiniana, que, de resto, é uma tarefa à qual temos dado particular atenção no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Dito isto, evidentemente que, neste caminho de avaliação permanente, temos estabelecido parcerias e contactos com outros Governos europeus e a nossa posição é a de que se deve garantir um efeito útil desse momento de reconhecimento.

Como sabem, há condições que é preciso salvaguardar. Passo a destacar algumas que, para nós, são relevantes.

Em primeiro lugar, é preciso salvaguardar que o Hamas, efetivamente, abre e garante a oportunidade de proceder a uma libertação segura dos reféns que tem na sua posse.

Em segundo lugar, que haja reformas internas por parte da Autoridade Palestiniana — daí as nossas diligências de capacitação — com vista a poder perspetivar-se, no médio prazo, a realização de eleições presidenciais e legislativas.

Em terceiro lugar, proceder-se à desmilitarização do Estado, cabendo neste contexto a sua segurança externa a missões de proteção internacional.

Em quarto lugar, o desarmamento do Hamas ou de qualquer outro movimento ou força de cariz político que tenha o mesmo enquadramento.

Em quinto lugar, o reconhecimento, por parte da Autoridade Palestiniana, do Estado de Israel.

Estas são condições que, uma vez salvaguardadas, vão abrir a possibilidade de que esse reconhecimento se possa efetuar num quadro de concertação estratégica à escala europeia, que não seja individualizado, que não seja uma corrida para ver quem chega à frente — não é esse o nosso estilo.

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Somos, tradicionalmente, um país — como V. Ex.^a aqui o enunciou — que tem, na sua diplomacia, capacidade de influência, de persuasão e de aproximação que lhe é reconhecida. E isso faz com que estejamos mais preocupados em estabelecer pontes, parcerias e resultados de convergência e não tanto em fazermos números para aparecer mais nas notícias, mesmo que seja nas notícias internacionais.

E assim continuaremos. Creio que este é um posicionamento que corresponde à nossa proposta.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Teixeira, da Iniciativa Liberal, a Mesa anuncia que se encontram nas galerias alunos e professores da Escola Básica de Penamaior, do concelho de Passos de Ferreira.

Aplausos gerais.

Tem então a palavra, para fazer as suas perguntas, o Sr. Deputado Jorge Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira (IL)**: — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugal celebrou recentemente 40 anos da sua entrada na CEE (Comunidade Económica Europeia) e tanto eu como o Sr. Primeiro-Ministro concordaremos que o percurso que fizemos nesta comunidade — hoje, União — foi extraordinário. Graças à CEE, Portugal reformou-se, abriu os seus mercados, moderou-se politicamente e construiu uma democracia moderna.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, fica-se com a sensação de que estas conquistas não bastaram para convencer os Governos portugueses de que agora Portugal é, e deve ser, responsável pela construção europeia, não apenas como participante, mas como líder nas discussões que vão moldar o nosso futuro comum.

Durante décadas, sucessivos Governos habituaram os portugueses a ver a Europa como um lugar distante de onde chegam muitas coisas. Primeiro o dinheiro, que é sempre bem-vindo. Depois, vêm as ideias, e nem todas são apreciadas. E por fim vêm os desafios, mas esses são raramente connosco.

Nos últimos meses, surgiu um novo conflito comercial. O nosso contexto geopolítico piorou e a Europa percebeu finalmente que a sua segurança terá de depender, em primeiro lugar, de si mesma. A Europa percebeu também que não basta regular o que não produz e que só com crescimento económico e uma verdadeira agenda de competitividade é que a Europa contará para alguma coisa no plano internacional, sendo que a defesa da democracia, aqui e fora da Europa, também depende da nossa capacidade económica.

Hoje precisamos de resultados rápidos, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, em áreas como infraestruturas críticas, defesa e progresso científico e tecnológico. Mas se tudo isso exige investimento, o investimento exige escolhas.

Até agora fingimos que era possível fazer tudo: alargar a União, não tocar nos fundos de coesão, manter todos os programas intactos, investir em defesa e ainda competir globalmente. E Portugal tem contribuído para essa ilusão. Quando chega a hora das decisões difíceis, a culpa é da Europa.

Sr. Primeiro-Ministro, enquanto membro do Conselho Europeu, é também sua responsabilidade enfrentar estes dilemas.

O relatório Draghi falou em 800 mil milhões de euros em investimento público e privado adicionais, em todos os setores da economia. Isto foi há um ano. Hoje, a Comissão Europeia fala em 800 mil milhões de euros, mas só para a defesa. Vamos precisar de ir buscar esse dinheiro a algum lado.

Mesmo a propósito, começa-se a discutir agora o próximo quadro financeiro plurianual para o período a partir de 2027 e fala-se de uma reforma da política agrícola comum, um terço de todo o orçamento europeu. Enquanto países como a Suécia e a Dinamarca admitem apoiar reformas sérias, o ministro português da agricultura já se pronunciou, em maio, e disse que na política agrícola comum não se mexe.

Sempre que se fala em cortes ou na reformulação da despesa, o Governo português entra em apuros. Afinal, não se pode mexer em nada.

Pois se neste terço do orçamento europeu não se mexe, diga-nos então, nos outros dois terços, onde é que vai a Europa buscar o dinheiro? Qual é a posição do Governo português sobre o financiamento de todas estas prioridades? É a criar mais dívida para os europeus e para os portugueses? É a criar mais impostos europeus? Irá o Governo assumir uma posição ou esperar que outros, dentro ou fora da Europa, decidam por nós?

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Jorge Teixeira, muito obrigado pelas questões que coloca, que nos remetem mais uma vez para a questão económica a que acabei por não responder na

pergunta anterior, porque entendi que era importante clarificar a posição do Governo sobre a questão da Palestina e porque já o tinha feito também nas perguntas precedentes do Partido Social Democrata. Mas deixe-me dizer-lhe que a questão é muito pertinente em vários domínios.

Em primeiro lugar, já agora — pois já me tinha sido colocada a questão pelo Chega —, relativamente ao alargamento e às consequências que o alargamento sempre tem na dinâmica institucional, no funcionamento da União e, também, no próprio financiamento. Acho que temos de fazer justiça à nossa participação, à nossa adesão, a que, aliás, se referiu por evocação dos 40 anos. Se nos fecharmos e se fechamos a Europa, com o temor de que os seus novos membros podem tirar oportunidades, podem tirar financiamento, estamos, basicamente, a reconhecer que não merecíamos ter entrado neste projeto. Com base nisso, teríamos sido também impedidos de aderir há 40 anos e teríamos sido impedidos de ter o acesso ao financiamento que V. Ex.^a aqui referiu e que — é verdade, eu disse-o há poucos dias, no dia 12 de junho — nem sempre foi bem aproveitado.

Do ponto de vista da nossa convergência com o nível de desenvolvimento europeu, já deveríamos estar num estadio muito melhor do que aquele em que estamos. E bem sabemos que a trajetória de países que entraram em 2004, praticamente 20 anos depois de nós, foi muito mais acelerada do que a nossa nestes 40 anos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, temos de fazer essa introspeção, essa autoavaliação, porque não quero um Portugal de mão eternamente estendida à Europa, cujo objetivo é apenas sempre negociar mais milhões num determinado contexto de acesso a um fundo, seja ele de que natureza for, incluindo fundos de coesão.

Nós temos de lutar por um Portugal que crie riqueza suficiente para ser contribuinte líquido da União Europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sempre defendi isto e não me parece que seja um sonho inalcançável. É um objetivo muito ambicioso? É. Será demorado? Será, sim senhor. Mas é para isso que também serve este projeto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E digo isso porquê? Porque, dentro das fontes de financiamento a que aludiu, tenho sustentado que os países devem ponderar a possibilidade de terem participações maiores do que aquelas que têm — devem ponderar isso, para termos um financiamento público mais robusto — e devemos estimular o financiamento privado.

Temos mesmo de ser capazes de ter a União Bancária e a União dos Mercados de Capitais. O dinheiro europeu é investido no mercado de capitais americano! Nós estamos a financiar a economia americana para a economia americana ter mais capacidade produtiva, para depois nos vir impor tarifas, para depois nos vir impor regras de mercado com as quais temos de nos confrontar. E nem nos apercebemos, na Europa, que somos nós que financiamos grande parte deste projeto económico.

Portanto é este caminho que defendo, é esse o caminho que a Europa quer trilhar, mas reconheço — e tenho de lhe dar razão — que os anos vão passando e há poucos avanços.

Já registei várias vezes e reitero-o rapidamente. Estive aí sentado, mais ou menos nesse sítio — isto agora mudou um pouco —, e, 10 anos depois, ao regressar aqui, verifiquei que, nestes dois pontos, estamos mais ou menos na mesma do que estávamos há 10 anos.

Quanto ao quadro financeiro plurianual, falaremos oportunamente disso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para formular as suas perguntas pelo Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, a principal barreira que a Europa tem de ultrapassar para poder reclamar o lugar justo que é seu, num mundo que está em incerteza e em convulsão, e ter uma palavra a dizer na globalização é, em primeiro lugar, superar a ilusão da sua própria pequenez.

Ouvi a intervenção anterior do Deputado Jorge Teixeira, da Iniciativa Liberal, e fiquei surpreendido com as autolimitações impostas ao discurso. Perguntava o Sr. Deputado como é que a Europa pode fazer face a tantas prioridades. Bem, Sr. Deputado, a Europa autoimpõe-se um limite de 1 % do PIB no seu orçamento. Se formos comparar com o orçamento de regiões análogas, vemos que é multiplicado por ordens várias vezes maiores.

Nada impediria os Estados-Membros da União, na negociação do próximo quadro financeiro plurianual e sobretudo na negociação em relação a possíveis revisões de tratados que têm a ver com o alargamento da União Europeia, de dizer que a União Europeia não deve cingir-se a 1 % do PIB para o seu orçamento, com tudo o que tem a fazer em termos de inteligência artificial, automação, defesa, segurança, combate às alterações climáticas, combate a uma crise europeia como é a da habitação.

Bem, pode haver alguns que venham para aqui pedir cortes. Na verdade, os Estados-Membros poupam quando a União, no seu conjunto, pode fazer mais, tal como pouparam quando a União, no seu conjunto, comprou vacinas, e podem poupar quando a União, no seu conjunto, investe numa política industrial que lhe permite não ter de ir comprar armas a Donald Trump e aos Estados Unidos da América.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A União Europeia, neste momento, tem um orçamento que nunca excede os 200 mil milhões de euros anuais. Portanto, é um orçamento para uma área de 27 países e de vários biliões de PIB, e o maior mercado único integrado transnacional do mundo é absolutamente risível. A União Europeia não tem praticamente dívida comum; teve alguma dívida para responder à pandemia, tanto na fase das vacinas como na fase do PRR.

O que é que impede a União Europeia de criar instrumentos que permitam aos investimentos internacionais virem à União Europeia, numa altura em que os Estados Unidos estão a dar cabo da sua própria credibilidade, com os títulos do tesouro dos Estados Unidos da América a serem mais incertos do que aquilo que alguma vez foram?

Há biliões, ou seja, milhões de milhões disponíveis para investimento no mundo à procura de um porto seguro. Esse porto seguro, hoje em dia, já não são os *T-Bills* (*treasury bills*) do tesouro norte-americano; podem ser os *Eurobonds*.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Exatamente!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Espanta-me que partidos europeístas não percebam que o caminho que a Europa tem de fazer é precisamente o de se assumir como superpotência global, não só regulatória, mas de investimento.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — O que é que eu disse?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portanto, pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro se são estas posições de avanço da União Europeia no mundo e de alargamento do seu orçamento que está disposto a fazer.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, por estranho que pareça, estamos muito convergentes, porque, efetivamente, temos preconizado abertura para modelos de

financiamento que passem por um reforço do financiamento público e por um aproveitamento mais eficiente dos recursos privados.

Tive ocasião de, há cerca de um ano — não posso agora precisar exatamente o mês, mas creio que foi em junho ou julho —, endereçar uma carta à Comissão Europeia precisamente a dar nota da disponibilidade do Governo português em podermos caminhar para ter um financiamento, em termos de contribuição dos Estados-Membros, superior a 1 %. Creio que isto deve estar em cima da mesa. Sei que não é uma discussão fácil, mas é uma discussão que temos de ponderar.

Não podemos também estar a acumular a perspetiva do endividamento coletivo como a única fonte de financiamento para a União Europeia. É uma das possibilidades.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Ter uma participação do ponto de vista do mercado obrigacionista, do ponto de vista da concretização da união do mercado de capitais e de poupanças, ter instrumentos que possibilitem aos aforradores europeus utilizarem as suas poupanças e rentabilizarem-nas, a bem do desenvolvimento económico do nosso espaço, é tudo a ganhar, porque permitimos às pessoas que têm a possibilidade de fazer poupança uma rentabilidade e aproveitamos essa disponibilidade financeira para alavancar a nossa economia, para a tornar mais competitiva, mais produtiva, com isso oferecendo melhores oportunidades de emprego.

Já agora, tudo isto — o Sr. Deputado não o referiu, embora eu o tenha notado, do ponto de vista do encaminhamento do seu raciocínio — aproveitando o mercado interno, porque, é verdade, também não podemos estar a desdenhar a possibilidade de termos um mercado que é o maior mercado interno do mundo. Portanto, ele deve ser também estimulado, aproveitado, do ponto de vista de todas as oportunidades que com isso se abrem.

Portanto, Sr. Deputado, vamos ter uma negociação difícil — também é preciso dizê-lo aqui frontalmente — relativamente ao novo quadro financeiro plurianual. Os desafios são mais do que muitos. Acumulámos 40 anos de apoio em fundos de coesão. Sabemos que a Europa teve vários alargamentos e sabemos que se perspetivam outros alargamentos. Os alargamentos não podem ser vistos apenas na questão económica; estamos a falar de alargamentos de valores, estamos a falar da responsabilidade que os Estados aderentes assumem do ponto de vista das suas democracias, do ponto de vista dos seus sistemas políticos, do ponto de vista do seu alinhamento com as perspetivas também de segurança e defesa do espaço europeu. O valor é muito maior do que o valor económico e financeiro, embora esse também seja importante.

Vamos ter de nos confrontar com isso e vamos ter de nos confrontar com a necessidade de termos hoje estímulos à economia, tanto à economia direta, como à economia da defesa, porque, como o Sr. Deputado notou, e bem — e tem uma opinião que é, nesse hemisfério político, diferente —, é necessário.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, pelo Grupo Parlamentar do PCP, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, ninguém pode ficar indiferente perante o genocídio do povo palestino às mãos de Israel. Pergunto o que é preciso mais para que o Governo reconheça o genocídio do povo palestino, quando já foram assassinados mais de 50 mil palestinianos e há mais de 100 mil vítimas, muitas das quais mulheres e crianças,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — E a Ucrânia?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... quando Israel impede a ajuda humanitária, quando falta tudo — alimentos, água, medicamentos — e quando a fome é utilizada como arma de guerra contra um povo. A não-condenação, a não-denúncia, a complacência com Israel associa o País aos crimes de guerra praticados por Israel.

Vai ou não reconhecer o genocídio em curso e vai ou não intervir na União Europeia, para que esta reconheça o genocídio e condene a barbárie que está a ser cometida por Israel contra o povo palestino? Vai reconhecer

ou não o Estado da Palestina, de acordo com as resoluções aprovadas nas Nações Unidas, ou quer continuar a pertencer à liga dos últimos países que insistem na rejeição do reconhecimento do Estado da Palestina?

Perante a violação do direito internacional e da Carta das Nações Unidas por Israel, face à agressão de Israel à Palestina e também ao Líbano, à Síria ou ao Irão, não há uma firme condenação, não há uma crítica nem distanciamento por parte do Governo.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E à Rússia?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Israel continua impune. Isto revela a profunda hipocrisia do Governo e da União Europeia.

O facto de uma empresa militar israelita receber fundos da União Europeia, como foi denunciado há dias, diz muito das opções da União Europeia.

Por outro lado, querer introduzir o militarismo nos objetivos do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e do Fundo de Coesão, no quadro da revisão intercalar em curso, é contrário aos interesses e às necessidades dos povos. O Governo alinha nesta visão? Acha mesmo que o Fundo de Coesão deve desviar recursos da melhoria das condições de vida dos povos para o militarismo e a guerra?

É inaceitável que se prepare para caucionar o desvio das verbas da coesão para a guerra, tal como é inaceitável que mobilize recursos que são do povo e podem e devem ser utilizados no combate à pobreza, na saúde, educação e habitação, e os utilize para a corrida ao armamento e para se apresentar como bom aluno na cimeira da NATO.

Por último, pergunto se vai o Governo acompanhar a proposta do PCP e propor a prorrogação do prazo de execução do PRR por mais dois anos, considerando os atrasos na sua concretização, em particular nas áreas da saúde e da habitação, de forma a assegurar o pleno aproveitamento das verbas e evitar que possam ser utilizadas de forma errada.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, mais uma vez, o PCP opta por repetir à exaustão argumentos que são falaciosos.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Em primeiro lugar, Sr.^a Deputada, nós não apoiamos nenhum militarismo nem nenhuma política de guerra. Nós apoiamos uma política de segurança e defesa,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que é o esteio da liberdade: da nossa liberdade, da liberdade dos cidadãos, da liberdade da sociedade, da garantia da nossa autonomia e da nossa soberania, da nossa integridade.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós apoiamos uma política de segurança e defesa que garante a democracia, que garante os valores da democracia, e que, através dessa garantia, estabelece as bases para que tenhamos economias produtivas que geram riqueza; riqueza que é depois o suporte das políticas sociais, que a Sr.^a Deputada quer salvaguardar; riqueza que é depois o suporte das condições de vida e da qualidade de vida das pessoas.

A Sr.^a Deputada vê tudo ao contrário!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

A Sr.^a Deputada não vê qual é o objetivo. O nosso objetivo não é a guerra, o nosso objetivo nem são as armas; o nosso objetivo é a base de segurança e defesa para termos estabilidade e termos crescimento económico. Tendo crescimento económico, temos mais justiça social. Sr.^a Deputada, esta é toda a diferença que medeia entre o seu projeto político e o nosso.

A Sr.^a Deputada não muda. Nós, enfim, vamo-nos adaptando, não mudando os nossos princípios, mas adaptando as nossas decisões políticas aos desafios que temos pela frente, para a nossa geração e para as gerações vindouras, num mundo onde temos de nos defender e temos de nos impor para garantirmos a qualidade de vida dos cidadãos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se a Sr.^a Deputada ficar sempre no mesmo sítio, vai ficar cada vez mais para trás.

Sobre a questão da Palestina, remeto para a resposta que já dei ao Sr. Deputado João Torres. Mas deixe-me dizer-lhe que afirmou aqui, várias vezes, coisas que não são verdade. Temos, de facto, e de forma reiterada, condenado não só todas as ofensivas perante o direito humanitário, perante as agressões não justificadas, como tudo aquilo que tem sido o bloqueio à ajuda humanitária.

Sr.^a Deputada, temos acompanhado e estamos a acompanhar a evolução relativamente à questão do reconhecimento.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, pelo CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o debate europeu de 26 e 27 de julho vai ter uma agenda carregada e vai permitir, seguramente, discussões sobre temas geopolíticos da maior importância e atualidade.

Gostaria de começar pela Ucrânia e pelo apoio a este país para a defesa contra a agressão russa, defesa essa que se mantém ao fim de três longos anos. Numa altura em que se fala de negociações de paz, acho que é importante que reafirmemos alguns pontos importantes dessa negociação.

Não pode haver negociação de paz na Ucrânia sem a participação da Ucrânia. Não pode haver negociações sobre a segurança europeia sem a participação da União Europeia. Um cessar-fogo não pode ser negociado sem ser no âmbito de um acordo de paz global. Esse acordo de paz global deverá, quando for atingido, incluir garantias sólidas que impeçam a Federação Russa de voltar a invadir, no futuro, o território ucraniano. E, finalmente, esse acordo global de paz deve garantir e assegurar a soberania, a independência e a integridade territorial da Ucrânia.

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, sabemos que a União Europeia tem cerca de 210 mil milhões de euros de ativos do banco central russo imobilizados. A minha primeira pergunta era a de saber se já foi possível utilizar algum desses ativos para apoiar a defesa da Ucrânia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ainda no âmbito da defesa europeia e da segurança, o CDS considera que seria importante que o Conselho Europeu desse passos no sentido de facilitar a realização de despesas com a defesa nacional dos vários países. Seria, por exemplo, importante que o Banco Europeu de Investimento pudesse passar a conceder empréstimos, créditos, ao setor da defesa. Gostaria também de saber o que é que o Governo português tem a dizer sobre isso.

Finalmente, no âmbito do programa ReArm Europe, gostava de perguntar se estão a ser cumpridos os planos de investimento em defesa com que o Estado português se comprometeu no âmbito desse programa e se

Portugal está, efetivamente, a acompanhar outros países europeus no âmbito desse programa, que é fundamental para que a Europa tenha novamente capacidade de defesa a nível global.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, relativamente ao nosso posicionamento sobre a questão da Ucrânia, ele manteve-se sempre inalterado.

Desde a primeira hora, estivemos na linha da frente do apoio, do ponto de vista político, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista militar. Temo-nos mantido muito próximos, temos falado em diversas ocasiões com o Presidente Zelensky, no sentido de garantir que se possa alcançar uma paz justa e duradoura, com a Ucrânia e com a Europa, com garantias de segurança que são necessárias para que se possa levar efetivamente a bom porto e a sério um processo de paz.

Temos vindo a sustentar, também a nível do Conselho Europeu, todas as decisões que estão a condicionar a operacionalidade da Federação Russa. Em particular, temos estado sempre do lado do reforço das sanções, e assim continuaremos também.

É verdade que, neste momento, não há unanimidade. Há um Estado-Membro, sobretudo um, que não tem acompanhado no Conselho Europeu a posição dos demais Estados-Membros, mas, de forma criativa, o Conselho encontrou uma saída para dar sequência a essas objeções e tem sido possível, apesar de tudo, aprovar os sucessivos pacotes de sanções, e assim também tencionamos que aconteça com o 18.º pacote de sanções.

Depois, temos apoiado e falado também em diversas ocasiões com o Presidente francês e o Primeiro-Ministro do Reino Unido sobre todas as suas iniciativas para a chamada «coligação da boa vontade», e nesse sentido trabalhamos, sobretudo, já direcionados para as garantias de segurança num processo de paz.

A nível europeu, o processo de adesão da Ucrânia também se mantém na agenda e também temos mostrado o nosso apoio a esse encaminhamento.

Do ponto de vista bilateral, Sr. Deputado Paulo Núncio, estamos muito, muito comprometidos com todos os nossos compromissos com a Ucrânia. No ano passado investimos mais de 230 milhões de euros no apoio financeiro à Ucrânia a nível global. Este ano vamos no mesmo encalço...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, estamos de acordo sobre a necessidade de apoiar a Ucrânia. Quem abandonou a Ucrânia foi Trump, que ainda agora se recusou a reunir-se com o Presidente Zelensky. E foi Trump, porque tem uma aliança com Putin. Pergunto-lhe o que é que isto diz sobre a aliança da NATO, que também inclui os Estados Unidos, que neste momento têm uma aliança com um declarado inimigo da Europa.

Em relação a Gaza, Sr. Primeiro-Ministro, o que se passa em Gaza não é só uma crise humanitária, como aqui foi dito. Se o que se passa na Ucrânia é uma invasão ilegítima, o que se passa em Gaza também o é. E tem nomes: genocídio, extermínio, invasão, por parte de Israel, que é uma potência nuclear e que, já agora, decidiu atacar o Irão com base numa mentira que repete há 10 anos e que não é sequer suportada pela inteligência dos serviços dos Estados Unidos da América.

A guerra preventiva que Israel trava contra o Irão viola o direito internacional, põe em causa a paz e não traz nada de bom para o futuro a não ser a radicalização da região.

Protestos de Deputados do CH.

Os duplos critérios são o fim das condições da paz e, por isso, o que pedimos é que defenda o reconhecimento do Estado da Palestina, a demarcação da União Europeia do ataque ao Irão e o regresso a um acordo de não-proliferação nuclear com o Irão.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, não resisto a partilhar isto consigo. Estava a ouvi-la, no início da sua intervenção, a falar de Trump e Putin e a querer, enfim, fazer aqui um comentário mais ao jeito de comentador televisivo, e lembrei-me da declaração, que passou assim um bocadinho ao lado do debate, do ex-líder e fundador do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã, que anunciou que tinha regressado por causa de o Presidente Trump ter sido eleito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Lembrava-me, portanto, desse grande motivo para o regresso.

Sinceramente, não estou com isto a desvalorizar o facto de que devemos estar atentos àquilo que, na cena internacional, os grandes protagonistas fazem e dizem, mas, francamente, a Sr.^a Deputada fala como se nós agora iniciássemos aqui uma conversa «tu cá, tu lá» com o Sr. Presidente dos Estados Unidos da América e como se isso fosse relevante para a discussão que estamos aqui a ter.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não é brincadeira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó, Sr.^a Deputada, não, não é.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não é?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Claro que não é.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

É importante sabermos o posicionamento dos Governos de todos os países à escala internacional e daqueles que são mais relevantes, daqueles que são, já agora, parceiros estratégicos de Portugal, como é o caso dos Estados Unidos, mas não a esse ponto de estarmos permanentemente a comentar «disse isto», «disse aquilo», «fez esta reunião», «não fez esta reunião», como se fosse essa a nossa tarefa.

Não, a nossa tarefa é estarmos do lado das nossas responsabilidades com os nossos concidadãos, das nossas responsabilidades como parte ativa da Europa. Desse ponto de vista, temos estado sempre na linha da frente, mesmo na condenação dos ataques...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Pelo PAN, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, para fazer perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, no que diz respeito não apenas à Ucrânia, mas também à Palestina, já condenou aqui os ataques.

De facto, nestes últimos meses tem sido terrível o que tem acontecido, em particular com crianças inocentes, e mais de 400 pessoas foram recentemente mortas quando estavam a procurar comida.

Por isso mesmo, mais do que condenações ou apenas o reconhecimento dos dois Estados, há uma dimensão da política que nos parece que deve ser aplicada, nomeadamente no que diz respeito a sanções económicas ou ao corte de relações comerciais.

Em particular, há uma área do direito comercial que Portugal tem, que é o transporte de animais vivos para Israel, e pergunto se está ou não disponível para cessar o transporte de animais vivos para Israel, seja pelas questões do bem-estar animal, seja pelas questões da pegada ambiental que este transporte tem. Neste caso, a própria Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos já levantou questões relativas à falta de condições e às sanções económicas.

Uma outra questão que lhe queria colocar tem a ver com uma matéria que não foi aqui falada e que se prende com o que vai ser aprovado amanhã, nomeadamente, a proposta relativa ao bem-estar e à rastreabilidade dos animais de companhia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ui!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Pretende-se que haja um recuo na fiscalização nos Estados-Membros, o que vem pôr em causa não só a dimensão económica — falamos do tráfico ilegal de animais de companhia, que é um mercado que ascende a mais de 3,6 mil milhões de euros, que não entram no cofre dos Estados-Membros —, mas também as questões do bem-estar animal aqui subjacentes, cuja fiscalização passa completamente ao lado.

Numa altura em que o Governo vem, em Portugal, criar a figura do criador informal, parece-nos que é um sinal muito negativo estar desalinhado das necessidades de maior fiscalização e controlo, seja pelas questões de bem-estar, seja pelo dinheiro que, volto a dizer, não entra nos cofres europeus.

O Sr. **João Tilly** (CH): — E as alterações climáticas?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa de Real, eu já tive a ocasião de o dizer, mas posso reiterar.

Estivemos do lado de quem votou a favor da admissão da Palestina como membro de pleno direito das Nações Unidas. Proibimos a exportação de armas para Israel, coisa que não foi feita pelos Governos que nos antecederam e que a Sr.^a Deputada apoiava de uma forma até expressiva em algumas ocasiões. Condenámos o uso excessivo da força em Gaza, defendemos um cessar-fogo imediato, denunciámos sempre a catástrofe humanitária inaceitável naquele território e apoiámos a proposta apresentada na União Europeia de avaliação da conduta de Israel perante o artigo 2.º do Acordo de Associação União Europeia-Israel, no que toca precisamente aos direitos humanos.

Sr.^a Deputada, insistir em dizer que o Governo português não intervém, que o Governo português assobia para o ar, efetivamente, não está certo, porque não é verdade. Não é verdade!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não ouviu aquilo que eu disse!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não queria dizer isto desta maneira, porque, se calhar, pode ser mal interpretado do ponto de vista da continuidade da nossa política externa, mas nós fizemos muito mais do que aquilo que os Governos que nos antecederam fizeram e alguns dos protagonistas que lá estiveram nessa altura.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Verdade! Apoiados pelo PAN!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora exigem de nós aquilo que não foram capazes de fazer nessa ocasião. Portanto, Sr.^a Deputada, nós não temos duplos critérios; evidentemente, temos responsabilidades, que assumiremos na plenitude.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, é imperativo que o Governo da República leve uma voz ativa e firme em defesa das regiões ultraperiféricas, neste caso concreto, a Madeira e os Açores.

Estas regiões enfrentam desafios únicos no contexto europeu, decorrentes, em primeiro lugar, da sua insularidade, da sua distância e de fragilidades estruturais que vão exigir uma abordagem bem diferenciada e contínua no quadro da política europeia.

Gostaria, Sr. Primeiro-Ministro, que levasse ao Conselho duas questões que acho extremamente importantes.

A primeira é esta: quando é que a Comissão Europeia irá concretizar um mecanismo de financiamento específico para as RUP (regiões ultraperiféricas) que vá além dos apoios pontuais estruturais?

A segunda pergunta é a seguinte: estará a União Europeia disponível para criar um regime fiscal diferenciado permanente, ajustado às realidades económicas e sociais das RUP?

Para finalizar, gostaria também de saber a sua opinião quanto ao seguinte: o que acha de estarem incluídos os Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores nas representações do Estado português em Bruxelas?

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, posso partilhar consigo que temos, aos mais variados níveis, uma proximidade e um acompanhamento grandes sobre as questões específicas das regiões ultraperiféricas, em particular da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira. Isto acontece num contexto específico que, à escala europeia, confesso, nem sempre é bem compreendido, mas no qual temos alguns parceiros estratégicos. E tem sido possível integrar muitas vezes os Governos regionais e os representantes políticos regionais, incluindo os autarcas, nestas dinâmicas, seja a nível do diálogo direto com a Comissão, seja a nível do Comité das Regiões ou do Parlamento Europeu.

Também a nível do Conselho, o assunto é relevante, mas confesso-lhe que, neste momento, não há em cima da mesa nenhuma decisão específica no quadro da agenda e das conclusões deste Conselho sobre essa matéria.

Isso não quer dizer que, quando falamos de competitividade económica, do aproveitamento do espaço marítimo e do aproveitamento do espaço aéreo, não tenhamos depois uma expressão muito concreta nas nossas regiões autónomas. Desse ponto de vista, teremos sempre esse interesse em linha de conta, e também o levaremos a esta reunião do Conselho Europeu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Terminamos assim o debate preparatório do Conselho Europeu de 26 e 27 de junho.

Agradecemos a presença do Sr. Primeiro-Ministro, do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Resta-nos agora apenas anunciar a agenda da nossa próxima reunião plenária de quarta-feira, 25 de junho, que consistirá na apreciação do Relatório Anual de Segurança Interna de 2024.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — O Livre não tem nenhum ponto de ordem para fazer? Podemos ir embora?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 14 horas.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Lei n.º 180/XVI/1.^a [votado na reunião plenária de 14 de março de 2025] — DAR I Série n.º 102 (2025-03-15):

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votou favoravelmente o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica, decorrente dos processos governativo e legislativo.

O XXIV Governo Constitucional deu entrada, na Assembleia da República, da Proposta de Lei n.º 24/XVI/1.^a (GOV), para a aprovação de um novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica, após um profundo, e eficiente, processo de negociação com os vários *stakeholders*.

Esta proposta foi discutida e votada na generalidade e na especialidade, em conjunto com outras iniciativas, culminando num texto final representativo das vontades dos vários grupos parlamentares, tendo como base a proposta de lei criada por este Governo da Aliança Democrática.

Entretanto, a referida Proposta de Lei n.º 24/XVI/1.^a (GOV) caducou com a demissão do Governo (resultante da rejeição da moção de confiança na tarde do dia 11 de março), nos termos do n.º 6 do artigo 167.º da Constituição da República Portuguesa, mantendo-se o Projeto de Lei n.º 180/XVI/1.^a (PS) até à dissolução da Assembleia da República.

Tendo em vista a aprovação do Estatuto da Carreira de Investigação Científica e aproveitando a votação das duas iniciativas, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta de substituição de todo o texto do Projeto de Lei n.º 180/XVI/1.^a (PS), a partir do texto resultante da votação realizada na reunião da comissão do dia 11 de março e que teve como base as alterações estruturais que emanam da iniciativa do Governo.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD garantiu que, apesar da tentativa dos partidos da oposição de boicotar os resultados deste Governo, o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica, criado e negociado pelo Governo da Aliança Democrática, poderá entrar em vigor ainda antes da nova solução governativa.

Anexa-se, para efeito de conhecimento, o corpo da proposta de lei para o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica, desenvolvido pelo Governo da AD (Aliança Democrática), que entrará em vigor após o processo de votação na Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se pela postura construtiva, colocando o interesse nacional acima de qualquer interesse partidário, trabalhando de forma responsável e agregadora, para que os investigadores portugueses vejam, finalmente, a sua situação profissional devidamente reconhecida e valorizada e para que os ciclos iniciais de carreira sejam atrativos.

As/Os Deputadas/os do PSD, Pedro Alves — Inês Barroso — Ana Gabriela Cabilhas..

[Recebida na Divisão de Redação a 20 de março de 2025.]

O PCP defende uma política de ciência e tecnologia, com a intervenção efetiva da Assembleia da República na sua elaboração, avaliação e no acompanhamento da sua execução. Esta política deve ir ao encontro de uma estratégia para o setor que atenda às necessidades e especificidades da economia nacional e valorize a investigação fundamental livre em qualquer domínio científico, nomeadamente a investigação no domínio das ciências sociais e humanas e das artes, especialmente desprezadas, com o reforço dos meios que lhes são atribuídos.

Esta estratégia deve garantir o financiamento não competitivo da ciência, de projetos de escala, e o estímulo de lógicas de investigação colaborativa e interdisciplinar. Deve igualmente defender um desenvolvimento nacional da ciência e tecnologia que permita a soberania e independência, garantindo, no quadro da cooperação e intercâmbio internacionais, uma política científica e tecnológica adaptada aos problemas específicos do desenvolvimento integrado de Portugal, condições não desiguais nos processos de intercâmbio de

conhecimentos e o equilíbrio da balança tecnológica com outros países em condições de igualdade e reciprocidade.

A política científica e tecnológica deverá ter como objetivos a valorização dos recursos nacionais, o aumento quantitativo e qualitativo da produção, o aumento da produtividade do trabalho, a poupança de energia e matérias-primas, a defesa e preservação do meio ambiente, a elevação da cultura científica.

Torna-se necessário discutir as condições de trabalho dos trabalhadores científicos, quer se trate de investigadores, quer de pessoal técnico profissional de apoio às atividades de investigação, pondo fim à sua situação de precariedade que se vem agudizando de há uma década a esta parte, atingindo com particular gravidade os bolseiros de investigação.

Deste modo, no âmbito da discussão em sede de especialidade do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, o PCP apresentou um conjunto de propostas de alteração que versavam, entre outras, sobre: a aplicação do novo estatuto às instituições públicas do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), incluindo as de regime fundacional, instituições particulares sem fins lucrativos que integram o SCTN; um regime transitório que permita a transição para a carreira dos vários investigadores que se encontrem ou se encontrassem nos últimos 36 meses em contratos precários, tal como investigadores juniores, investigadores auxiliares, investigadores principais, investigadores coordenadores ou investigadores com bolsa pós-doutoral, contabilizando-se o tempo total dos contratos no cômputo do período experimental; a integração na carreira de investigação científica dos bolseiros de investigação científica, revogando o Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica; a criação de duas novas categorias de acesso à carreira, de estagiário de investigação e assistente de investigação, que abrangem os investigadores em formação (bolseiros de investigação) e pós-doutorados; a eliminação da obrigatoriedade de se exercer funções docentes; a uniformização dos regimes de avaliação de desempenho e de alteração do posicionamento remuneratório, que garanta a efetiva promoção e progressão; e a garantia de ingresso na carreira de investigação científica dos técnicos superiores doutorados que desempenhem funções de investigação.

Com exceção da última proposta, todas as outras acabaram rejeitadas.

O regime transitório apresentado pelo PCP resolveria o problema de mais de 3000 investigadores do SCTN com vínculos precários há vários anos ou mesmo décadas. Era a única proposta que garantia que todos estes trabalhadores transitassem para a carreira de investigação científica. No mesmo sentido ia a proposta do PCP de revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica e a transição das bolsas para contrato de trabalho com todos os direitos a ele associados.

Uma das preocupações que chegaram à Comissão de Educação e Ciência, em vários dos pareceres enviados pelas estruturas do setor da ciência e do ensino superior, tinha que ver com a obrigatoriedade de os investigadores darem aulas. Compete aos investigadores, fundamentalmente, a realização de atividades de investigação e desenvolvimento, de disseminação, aplicação, transferência e valorização do conhecimento, de divulgação e comunicação de ciência, de gestão no âmbito das atividades de investigação científica que exijam um elevado grau de qualificação, responsabilidade, iniciativa e autonomia. A transmissão de conhecimento e todas as eventuais orientações e ações de formação por estes realizada só é entendível nas suas áreas de especialização. Como tal, qualquer lecionação obrigatória e fora das suas áreas de especialização não é compaginável com a as suas funções de transmissão de conhecimento, sendo, sim, apenas um subterfúgio para suprimir necessidades docentes das instituições de ensino superior, necessidades essas que devem ser suprimidas pela contratação de docentes nas respetivas áreas de especialização.

Estas foram as três propostas, rejeitadas na especialidade, que o PCP avocou para uma nova discussão e votação na sessão plenária de 14 de março, acabando o requerimento para esse efeito rejeitado pelo PSD, CH, IL e CDS.

Sem prejuízo da aprovação de algumas propostas positivas para os investigadores e o setor, a discussão do novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica poderia ter ido mais longe e ter posto um ponto final na precariedade que assola a ciência. Não foi este o caminho escolhido pela maioria das forças políticas ao rejeitar as propostas do PCP.

Foram estas a razões que levaram à abstenção do PCP.

A Deputada do PCP, *Paula Santos*.

[Recebida na Divisão de Redação a 25 de março de 2025.]

Relativa aos Projetos de Lei n.ºs [535/XVI/1.ª](#), [564/XVI/1.ª](#), [565/XVI/1.ª](#), [566/XVI/1.ª](#) e [572/XVI/1.ª](#) [votados na reunião plenária de 14 de março de 2025] — DAR I Série n.º [102](#) (2025-03-15):

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votou contra o Projeto de Lei n.º 535/XVI/1.ª (PS), o Projeto de Lei n.º 564/XVI/1.ª (PCP), o Projeto de Lei n.º 565/XVI/1.ª (IL), o Projeto de Lei n.º 566/XVI/1.ª (L) e o Projeto de Lei n.º 572/XVI/1.ª (CH), que procedem a alterações ao regime jurídico das instituições de ensino superior, fundamentalmente por considerar a discussão extemporânea e o modo como foi feita em Plenário da Assembleia da República desrespeitadora para as várias partes envolvidas.

O XXIV Governo Constitucional apresentou, à Assembleia da República, a Proposta de Lei n.º 49/XVI/1.ª, em fevereiro do presente ano, que visava proceder à alteração do regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES), reforma há muito necessária e solicitada pelo sector. Esta proposta de lei foi formulada pela atual tutela, apresentada ao sector, aos sindicatos, às instituições, aos estudantes e aos grupos parlamentares. As sugestões foram consideradas depois de uma ampla auscultação, resultando numa iniciativa legislativa que reflete as preocupações e necessidades do sistema de ensino superior.

Considerando a urgência de garantir uma reforma neste regime jurídico, o Governo agendou a sua discussão em sessão plenária da Assembleia da República, que mereceu o arrastamento de outras iniciativas de partidos. No entanto, a referida proposta de lei caducou com a demissão do Governo (resultante da rejeição da moção de confiança na tarde do dia 11 de março), nos termos do n.º 6 do artigo 167.º da Constituição da República Portuguesa, mantendo-se os projetos de lei arrastados até à dissolução da Assembleia da República.

Ora, tirando proveito do agendamento só possível pela iniciativa do Governo, os restantes partidos mantiveram uma discussão infrutífera e até enganadora dos *stakeholders*, em relação ao objetivo do agendamento.

Após não permitirem que o Governo continuasse as suas funções e os bons resultados, a oposição insistiu numa discussão que, pelo momento político atual, se saberia resultar em caducidade das iniciativas.

O Grupo Parlamentar do PSD prima-se por uma postura construtiva e transparente, remetendo para a próxima solução governativa a discussão da proposta de lei que representa uma verdadeira reforma do RJIES.

As/Os Deputadas/os do PSD, *Pedro Alves* — *Inês Barroso* — *Ana Gabriela Cabilhas*.

[Recebida na Divisão de Redação a 20 de março de 2025.]

Relativa ao Projeto de Resolução n.º [618/XVI/1.ª](#) [votado na reunião plenária de 14 de março de 2025] — DAR I Série n.º [102](#) (2025-03-15):

O Bloco de Esquerda está firmemente contra toda e qualquer forma de discriminação, nomeadamente o antissemitismo, e pugna pela adoção de políticas públicas que combatam este fenómeno. Nesse sentido, deve o Governo ter uma postura clara no combate a esta forma de ódio, através da adoção de um plano nacional de combate ao antissemitismo.

Sucedo, porém, que a Estratégia Europeia incorporou, no seu articulado, a definição de antissemitismo da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), definição esta que confunde a crítica a políticas adotadas pelo Estado de Israel e ao nacionalismo sionista com o antissemitismo, e que tem sido responsável pela censura e silenciamento de vozes dissidentes. O Bloco de Esquerda discorda da adoção da definição da IHRA, sendo que existem outras propostas que definem de forma mais clara e precisa o que constitui antissemitismo, nomeadamente a sugerida pela Declaração de Jerusalém, sem interferir nas discussões legítimas sobre Israel e Palestina.

Por estas razões, e por considerar que a proposta deveria ter salvaguardado esta matéria, o Bloco de Esquerda não acompanhou, na sua totalidade, a presente iniciativa, tendo-se absterido na votação do primeiro ponto do projeto.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda.

[Recebida na Divisão de Redação a 20 de março de 2025.]

Projeto de Resolução n.º [729/XVI/1.ª](#) *[votado na reunião plenária de 14 de março de 2025]* — *DAR I Série n.º 102 (2025-03-15)*:

O Bloco de Esquerda está firmemente contra toda e qualquer forma de discriminação, nomeadamente o antissemitismo, e pugna pela adoção de políticas públicas que combatam este fenómeno. Nesse sentido, é essencial que o Governo português adote uma postura clara no combate a esta forma de ódio, através da adoção de um plano nacional de combate ao antissemitismo.

Sucedem, porém, que a presente iniciativa, à semelhança da Estratégia Europeia, defende a adoção da definição de antissemitismo da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), definição esta que confunde a crítica a políticas adotadas pelo Estado de Israel e ao nacionalismo sionista com o antissemitismo, e que tem sido responsável pela censura e silenciamento de vozes dissidentes. O Bloco de Esquerda discorda da adoção da definição da IHRA, sendo que existem outras propostas que definem de forma mais clara e precisa o que constitui antissemitismo, nomeadamente a sugerida pela Declaração de Jerusalém, sem interferir nas discussões legítimas sobre Israel e Palestina.

Para além disso, o projeto de resolução adota um discurso racista, xenófobo e islamofóbico, e defende a atuação criminoso e genocida do Estado de Israel, o que não se pode aceitar.

Por estas razões, o Bloco de Esquerda votou contra a presente iniciativa.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda.

[Recebida na Divisão de Redação a 20 de março de 2025.]

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.